UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS JOSÉ RIBEIRO FILHO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

ANGÉLICA PAIXÃO DOS SANTOS

O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA DISCURSIVIDADE LITERÁRIA REALISTA BRASILEIRA, EM MACHADO DE ASSIS, E A RELAÇÃO ENTRE AUTOR E LÍNGUA NACIONAL

PORTO VELHO
2021

ANGÉLICA PAIXÃO DOS SANTOS

O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA DISCURSIVIDADE LITERÁRIA REALISTA BRASILEIRA, EM MACHADO DE ASSIS, E A RELAÇÃO ENTRE AUTOR E LÍNGUA NACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação *Stricto Sensu*, Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Élcio Aloisio Fragoso.
Coorientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Fernandes Ferreira

Linha de Pesquisa: Estudos descritivos e aplicados de Línguas e Linguagens

PORTO VELHO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S237p Santos, Angélica Paixão dos.

O processo de constituição da discursividade literária realista brasileira, em Machado de Assis, e a relação entre autor e língua nacional / Angélica Paixão dos Santos. -- Porto Velho, RO, 2021.

78 f.

Orientador(a): Prof. PhD Élcio Aloisio Fragoso

Coorientador(a): Prof.ª Dra. Ana Cláudia Fernandes Ferreira.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Machado de Assis. 2.Processo discursivo. 3.Discursividade literária realista. 4.Língua. I. Fragoso, Élcio Aloisio. II. Título.

CDU 808.5:82

Bibliotecário(a) Luã Silva Mendonça CRB 11/905

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
MESTRADO EM LETRAS

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Angélica Paixão dos Santos

O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA DISCURSIVIDADE LITERÁRIA REALISTA BRASILEIRA, EM MACHADO DE ASSIS, E A RELAÇÃO ENTRE AUTOR E LÍNGUA NACIONAL

Dissertação apresentada em 30 de junho de 2021 ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras (PPGML) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como um dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pela banca examinadora constituída pelos docentes:

Prof. Dr. Élcio Aloisio Fragoso
Presidente da Banca e Orientador (PPGML/UNIR)

Prof. Dr. Lucas Martins Gama Khalil
Membro Interno (PPGML/UNIR)

Profa. Dra. Ana Cláudia Fernandes Ferreira
Membro Externo (UNICAMP)

Profa. Dra. Juciele Pereira Dias
Membro Externo (UFRJ)

Profa. Dra. Taís da Silva Martins
Membro Externo (UFSM)

Porto Velho – RO
2021

Dedico este trabalho a Faustino Pinheiro Paixão, In Memorian.

AGRADECIMENTOS

Já interpelada pela análise de discurso, ao ler Ressurreição (primeiro romance de Machado de Assis) na graduação, descobri meu objeto. A fortuna crítica produzida sobre Machado de Assis produzia o efeito de sentido de completude. Havia ainda alguma coisa a ser pesquisada? Como estudar esse tema? Pela AD encontrei o caminho (o método e a teoria), e compreendi que, por sermos sujeitos incompletos, sempre nos deparamos com a falta.

Ao Prof. Dr. Élcio Aloisio Fragoso pelas leituras sugeridas que me interpelaram e me constituíram enquanto analista de discurso. Pelas orientações, que me deixava sempre inquieta, que inicialmente foi para o Trabalho de Conclusão de Curso da graduação, e que se tornou pré-projeto apresentado ao programa de pós-graduação do Mestrado acadêmico em Letras da Universidade Federal de Rondônia, para a elaboração desta dissertação.

À Profa. Dra. Ana Cláudia Fernandes Ferreira por ter se interessado pelo trabalho que eu buscava desenvolver e ter aceitado ao nosso convite de coorientação. As suas contribuições foram de grande valor para esta pesquisa e para o meu crescimento enquanto cientista da linguagem.

Aos membros da banca de qualificação e de defesa Dr. Lucas Martins Gama Khalil e Dra. Taís da Silva Martins, pelas contribuições, questionamentos e sugestões feitas.

À Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi, que tive o prazer de conhecer e assistir a sua conferência “Escritos e Sussurros” na abertura do II Encontro Nacional em Análise de Discurso (ENADIS), pela introdução da teoria no Brasil e por suas teorizações, que são referências basilares para esta pesquisa e para muitas que virão, visto que me constituí neste lugar, o de analista de discurso. É importante dizer aqui que esta pesquisa, da maneira como se constituiu, não seria possível sem a suas produções. Eni Orlandi não só instituiu a disciplina da AD no Brasil, como produziu vastas teorizações, desdobramentos.

Aos meus pais, Fátima e Valdecir, pela vida e pela dedicação em me ensinar os primeiros passos, para que eu pudesse dar continuidade. Ao Iurgan pelo incentivo e por estar presente. A eles, não apenas o meu agradecimento, mas também o meu amor.

À coordenação, aos professores e aos colegas do Programa de Pós-graduação do Mestrado Acadêmico em Letras da UNIR.

Aos integrantes do GPeCHeLi – Grupo de Pesquisa Conhecimento, História e Língua, pelas reuniões que foram de grande valor para o meu desenvolvimento tanto na Análise de Discurso, como na História das Ideias Linguísticas.

Às instituições: ao Programa de Pós-graduação do Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Federal de Rondônia. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa que me permitiu dedicar, durante esses dois anos, exclusivamente às atividades do programa e a esta pesquisa.

E a todos que, de alguma forma, contribuíram para esta pesquisa.

Porque a linguagem sempre está investida na produção do conhecimento, não apenas como um mero instrumento, mas como parte do próprio processo de constituição do saber, da construção do objeto de conhecimento, da sua compreensão, e da interpretação do que significa o conhecimento produzido no conjunto da produção científica de que participa, na conjuntura histórico-social.

Eni P. Orlandi

RESUMO

Este trabalho buscou compreender o processo de constituição da discursividade literária realista, em Machado de Assis, e a relação desse sujeito-autor com a língua nacional na segunda metade do século XIX. Para isso, filiamo-nos ao quadro teórico-metodológico da análise de discurso (AD) fundado por Michel Pêcheux na França na década de 1960 e desenvolvido no Brasil por Eni Orlandi, articulando-o à história da ideias linguísticas (HIL). A partir da análise de *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1891), *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908), observarmos, por um lado, o funcionamento da memória (interdiscurso) por meio do processo de identificação/individuação por qual passa o sujeito-autor, produzindo, assim um efeito de real e, por outro lado, o institucional, com suas relações de força e de sentido resultando em projeções imaginárias que foram determinantes no processo de produção dessas textualidades, para que, assim, pudéssemos compreender como ocorreram os deslocamentos de sentidos no processo de constituição da discursividade literária realista. Sendo a língua a base comum para processos discursivos diferenciados, conforme Pêcheux (2014a), buscamos, também, compreender a relação do sujeito, na posição-autor (literato), com a língua e como ele a trabalhou e contribuiu para a formulação de um certo modo da língua, imprimindo uma brasilidade para ela. Nossas análises procuraram mostrar que apesar de, no domínio do discurso literário, a discursividade literária romântica perder sua posição de dominância para a discursividade literária realista, que instala outras questões que são colocadas, produzindo um outro gesto de leitura, o processo discursivo literário realista, continuou sustentando esse imaginário de unidade entre Estado, Língua e Nação, já instituído pelo discurso romântico. Foi para a questão da língua (nacional) no Brasil, na segunda metade do século XIX, que inclinamos nosso olhar nessa pesquisa. O literário, para nós, é um modo de funcionamento da linguagem e ele institucionaliza um lugar determinado para dizer a língua e como ela vai se significar relativamente à sociedade, na história.

Palavras-chave: Machado de Assis. Processo discursivo. Discursividade literária realista. Língua.

ABSTRACT

This analysis aimed to comprehend the process of the constitution of realistic literary discursivity, in Machado de Assis, and the relation of this subject-author with a national language in the second half of the 19th century. Therefore, the theoretical contribution to support the study is the theoretical-methodological framework of discourse analysis, a theory constituted by Michel Pêcheux, in the 1960s, and its development in Brazil by Eni Orlandi, articulating it with the history of linguistic ideas. Starting from the analysis of the *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1891), *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908), we observed, on the one side, the functioning of memory (interdiscourse) through the identification/individuation process that the subject had, producing, in this case, a real effect and, on the flip side, the institutional with its power and meaning relations, resulting in imaginary projections that are determinant in the production process of these textualities, and then we could comprehend how this displacements of sense happen in process of the constitution of realistic literary discursivity. Whereas the language is the common basis of differentiated discursive processes, according to Pêcheux (2014a), we search for comprehend the relation of this subject-author with the language and how he manipulated it and contributed to the formulation of a language way, registering a brazility in it. Our analysis search to show that in the field of literary dicourse, despite the romantic literary discursivity lose its dominance position to give rise to realistic literary discursivity that intalls other questions and produce another gesture of interpretation, the literary discoursive process sustains the imaginary of unit between State, Language and Nation, already instituted by romantic discourse. We direct our research to the brazilian national language issue in the second half of the 19th century. For us, the literary is a way of language functioning and it institutionalises a particular way to speak the language and how it will mean relatively to society in history.

Keywords: Machado de Assis. Discursive process. Realistic literary discursivity. Language.

LISTA DE SIGLAS

AD	- Análise de Discurso
CEE	- Conselho Estadual de Educação
IEL	- Instituto de Estudos da Linguagem
HIL	- História das Ideias Linguísticas
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas
USP	- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11

1 A ANÁLISE DE DISCURSO E A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS.....15

1.1 Quadro teórico e epistemológico da AD e da HIL.....17

1.2 Procedimentos metodológicos.....28

2 JOGO METAFÓRICO: UMA DISCURSIVIDADE POR OUTRA.....34

2.1 O princípio de autoria.....39

2.2 Antecipação e Argumentação.....44

3 EFEITO DE REAL.....59

3.1 O efeito metafórico, as tabuletas possíveis.....63

4 A RELAÇÃO DO AUTOR COM A LÍNGUA NACIONAL.....71

UM EFEITO DE CONCLUSÃO.....74

REFRÊNCIAS.....75

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como se deu o processo de constituição da discursividade literária realista no Brasil por Machado de Assis, e qual a relação desse sujeito autor com a língua nacional brasileira. Para isso, tomamos o dispositivo teórico-metodológico da análise de discurso materialista, em articulação com a história das ideias linguísticas.

A análise de discurso (doravante AD) surge na França, na década de 1960, em um momento de tensões no âmbito político e científico, um momento de releituras e/ou de retornos ao que já estava estabelecido. É nesse sentido que temos Lacan relendo as teorizações de Sigmund Freud a respeito do inconsciente, Althusser relendo *O capital* de Karl Marx, e Pêcheux (1989), Fichant (1989) e Lecourt (1980) questionando as formas positivistas e evolucionistas de se compreender os saberes científicos. Essas condições de produção fazem com que a análise de discurso se constitua como uma teoria que coloca questões a outras teorias, desestabilizando um modelo de ciência construído e institucionalizado, especialmente na área das ciências humanas e sociais.

No Brasil, a articulação da AD com a HIL se deu no final da década de 1980 e início da década de 1990, quando Eni Orlandi, filiada às novas práticas científicas sendo desenvolvidas na França por Michel Pêcheux e por Sylvain Auroux, ao realizar seu Pós-doutorado, firmou um convênio entre a Universidade de Paris VII e o Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. No ano seguinte ao estabelecimento desse convênio, conforme Ferreira (2018), sob a coordenação de Eni Orlandi no Brasil e de Sylvain Auroux, na França surgiu um projeto intitulado: *História das Ideias Linguísticas: Construção de um saber metalinguístico e a constituição da língua nacional*. Essa articulação deu origem a uma prática teórica bastante específica que se instituiu significativamente na Unicamp e, posteriormente, se expandiu para outras instituições universitárias no país.

Como sujeitos analistas de discursos, constituídos nessas duas perspectivas teóricas, -ao pensar o texto literário discursivamente e também como um instrumento linguístico, propomos uma releitura, isto é, um deslocamento na leitura dos estudos

literários[1]. A vasta produção acadêmica e científica desses estudos sobre as textualidades literárias de Machado de Assis, e mais especificamente seus romances, forma um arquivo que produz um efeito de completude, de que tudo já foi estudado, pesquisado e analisado, e de que todas as questões possíveis de serem feitas já foram feitas e respondidas. Entretanto, pensamos que é interessante repensar o que é apresentado como óbvio (natural), o que inclui reflexões sobre a obra de Machado de Assis que já se estabeleceram como "coisas-a-saber", nas palavras de Michel Pêcheux.

Ao propor esta releitura, não temos a ilusão de dar respostas àquilo que tenha "faltado" nos estudos literários ou de complementá-lo, visto que as teorias têm suas especificidades, singularidades e bases epistemológicas distintas, e a AD, que é nossa filiação teórica, não se coloca no lugar de dar respostas "faltantes", mas sim de colocar questões e buscar respondê-las no lugar (entremeio) entre língua e discurso, na história. Desse modo, nosso objetivo é desestabilizar sentidos e provocar uma inquietude pela escrita e pela leitura.

Como seres históricos e sociais, podemos reproduzir e/ou deslocar sentidos. Ao refletir sobre os sentidos produzidos neste trabalho, compreendemos que estamos no lugar de quem reproduz e ao mesmo tempo desloca, isto é, de quem dá continuidade a essa nova perspectiva de se olhar para a literatura, que é o lugar dos estudos discursivos em articulação com a história das ideias linguísticas, contribuindo para um deslocamento em relação aos estudos literários. Este é o nosso lugar de formulação.

Partindo da hipótese de que a constituição da discursividade literária realista no Brasil se deu por meio de um processo histórico, de tensões e movimentos das formações discursivas, isto é, no batimento entre memória e atualidade, afirmamos que não se trata apenas de "influências" das formações discursivas europeias, assim como a língua portuguesa do Brasil não é apenas uma transposição da língua portuguesa de Portugal para o Brasil. Houve uma ressignificação, tanto na língua como nas discursividades literárias que se inscreveram no Brasil, determinada pelas condições de produção específicas no país.

---

[1] Embora estejamos tomando esses estudos de forma generalizada, reconhecemos que se trata de um arquivo heterogêneo, com diferenças entre as teorias, entretanto neste trabalho de análise não há a necessidade de pontuar cada uma delas e por isso falamos em arquivo, produzindo um efeito de unidade em oposição a nossa perspectiva materialista – uma disciplina não subjetivista da subjetividade.

Em AD, não se tem uma visão internalista ao olhar para o texto literário, como se ele se explicasse por ele mesmo, mas também não olhamos para o “contexto” na ilusão de que ele “influenciaria” os escritos literários. Não se trata de estabelecer uma relação direta e automática entre a literatura e o “contexto”, pois a relação entre a produção escrita e a sociedade é muito mais complexa. Desse modo, não se trata de influência, mas sim de determinação dos sentidos pela ideologia no âmbito de determinadas condições de produção. É preciso compreender a sociedade e também é preciso compreender a literatura, de modo que uma não pode ser compreendida sem a outra, pois as condições de produção são constitutivas do processo de produção de todo discurso.

No primeiro capítulo, intitulado *A análise de discurso e a história das ideias linguísticas*, buscamos marcar a posição a que estamos inscritos em relação a nossa pesquisa de análise. Na subseção *Quadro teórico e epistemológico da AD e da HIL* mostramos como a análise de discurso e a história das ideias linguísticas se constituíram e onde elas se inscrevem na história do conhecimento linguístico. Já a subseção *Procedimentos metodológicos* é destinada à compreensão de como é construído o dispositivo analítico, a partir do dispositivo teórico e das questões que são formuladas no trabalho de análise.

No segundo capítulo, intitulada *O jogo metafórico: uma discursividade por outra*, buscamos compreender como se dá o efeito metafórico (uma palavra por outra, uma discursividade por outra) por meio da análise das textualidades: *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1891), *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908). Pudemos compreender que o modo de funcionamento do discurso produzido por Machado de Assis é o da argumentação, que se dá por meio da antecipação, mecanismo produzido pelas relações de força e de sentido e pelas projeções imaginárias.

No terceiro capítulo, *O efeito de real*, buscamos compreender a construção de uma realidade, por meio da ficção (do literário), que interpreta os acontecimentos históricos-políticos do Brasil, e especialmente no espaço urbano do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX.

No quarto capítulo, *A relação do sujeito autor com a língua nacional*, buscamos compreender como o discurso literário realista em Machado de Assis produziu um gesto de interpretação para a língua, singularizando-a, deslocando-a. Sendo a relação do sujeito autor com a língua sempre ideologicamente determinada,

vimos que por filiação ao racionalismo, imprimiu-se um efeito de objetividade para a língua, em contraposição à definição de língua natural, emotiva, que temos na discursividade literária romântica, conforme Fragoso (2001).

Por fim, em *Um efeito de conclusão*, buscamos apresentar o que concluímos a respeito de como se deu o processo de constituição da discursividade literária realista e como compreendemos a relação do autor com a língua nacional, que foram as questões norteadoras para essa dissertação. Considerando que em nossa práxis de análise surgiram outras questões que podem ser respondidas em um outro momento, falamos em efeito de conclusão e não de conclusão, visto que um material de análise não se esgota e sempre haverá outras questões a serem feitas e respondidas.

1 A ANÁLISE DE DISCURSO E A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS

Filiamo-nos teórica e metodologicamente à análise de discurso materialista iniciada, na França, na década de 1960 por Michel Pêcheux, em articulação com as reflexões desenvolvidas no programa de história das ideias linguísticas, fundado no final da década de 1980 por meio de um convênio entre o Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp e a Universidade de Paris VII. É necessário ressaltar inicialmente que essa articulação entre a AD e a HIL não se dá na ilusão de completude, de que uma disciplina complementaria a outra, visto que os sentidos de completude, para a AD, são uma ilusão e se significam pela falta constitutiva do sujeito e do sentido. A articulação entre essas duas disciplinas é resultado de um trabalho teórico coordenado inicialmente por Eni Orlandi (no Brasil) e Sylvain Auroux (na França), e que se instituiu com o intuito de refletir sobre a construção do saber metalinguístico e a constituição da língua nacional.

A necessidade teórica de realizar essa articulação em nosso trabalho se dá na medida em que consideramos as produções literárias como parte constitutiva do processo de gramatização da língua nacional, sendo a gramatização, para Sylvain Auroux (1992, p. 65), -o processo de instrumentar e descrever uma língua com base em duas principais tecnologias: a gramática e o dicionário. Temos, no final do no século XIX, como afirma Orlandi (2013), a língua portuguesa no Brasil sendo ressignificada como língua nacional, isto é, ressignificada historicamente através do contato com línguas de imigrantes europeus, línguas ameríndias e línguas africanas. Os sujeitos, nessas condições de produção e na posição de autores de dicionários, gramáticas, literatura etc., não estão apenas na posição de autores de suas obras, eles passam a ser autores da própria língua (imaginária) legitimando a escrita e estabelecendo a escritura[2] nacional.

Ao buscarmos compreender o processo de constituição da discursividade literária realista, não olhamos para a produção literária de Machado de Assis com o objetivo de estabelecer um ponto de ruptura entre o romantismo e o realismo de forma automática como algumas vertentes dos estudos literários por muito tempo fizeram e ainda fazem. O nosso objetivo é compreender esse deslocamento como um processo. Desse modo, nos perguntamos: no que esta pesquisa se diferencia dos estudos

[2] De acordo com Orlandi (2013), a escritura está ligada a processos em que a literatura se faz presente.

literários que também falam em processo, ao se referir a esse movimento de uma discursividade literária para outra?

Para responder essa questão colocada é imprescindível que compreendamos que o quadro epistemológico da AD se dá a partir da articulação de três regiões do conhecimento, sendo elas o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, estando, ainda, atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. A partir dessa articulação, temos uma forma bem específica de olhar para as produções literárias.

Na AD, a unidade de análise é o texto visto em seu funcionamento em relação às formações discursivas que, por sua vez, são a projeção das formações ideológicas na linguagem. Carolina Fedatto (2013) faz uma pontuação importante, que pode nos ajudar a responder essa questão, ao afirmar que: "ao observar os processos de constituição dos sentidos, o analista de discurso trabalha a historicidade a partir das pistas deixadas na e pela linguagem; assim é que repetições, deslocamentos e rupturas podem ser percebido [sic] para além de cronologias preestabelecidas." (FEDATTO, 2013, p. 43).

Olhar para as produções literárias apenas a partir de períodos e cronologias é olhar por intervalos e por partes, é negar o processo de deslocamento. Não basta a realização de uma pesquisa exaustiva e cronológica a fim de conhecer a história da literatura, é necessário dar conta de sua historicidade, e isso requer uma forma específica de trabalhar. É somente ao relacionar a produção dos sentidos dessas textualidades às suas condições de produção, isto é, ao relacionar língua e exterioridade, realizando o procedimento de batimento entre descrição e interpretação, que será possível a compreensão de sua historicidade.

De nossa perspectiva teórica, as discursividades literárias não surgem como um "aerólito miraculoso", como diria Pêcheux (2015). Quando falamos em processo, pensamos o batimento entre memória e atualidade, em paráfrase e polissemia, na relação com todo o complexo das formações ideológicas e com as redes de memória na sociedade.

Trata-se de uma nova forma de olhar para a literatura com novas necessidades determinadas pela(s) teoria(s) em que estamos inscritos, como por exemplo, compreender o que é denominado por períodos ou estilos literários como discursividades literárias, que é um termo postulado por Fragoso (2001), com o intuito de marcar um deslocamento dos estudos literários, levando em consideração, da

perspectiva discursiva, a materialidade linguística, ideológica e histórica. Nota-se, então, que a questão é antes de tudo epistemológica.

Trabalhar na história das ideias linguísticas, no Brasil, se difere de trabalhar na historiografia linguística e essa distinção, de acordo com Eni Orlandi (2001), é o que permite trabalhar com a história dos estudos sobre a linguagem antes mesmo de a Linguística se instalar de forma definitiva no país.

No Brasil, a HIL tomou rumos específicos em razão das articulações teóricas aqui realizadas. Um exemplo disso é a própria nomeação da prática da HIL, visto que na França, por vezes, ela continua sendo denominada de História das Teorias Linguísticas. A noção de teoria, como explicam Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 16):

> [...] apresenta o risco de tomar seu sentido apenas no contexto de certa concepção da ciência, na ocorrência daquela que se desenvolve no Ocidente a partir do século XVIII. Para evitar esse tipo de armadilha, que consiste em supor problemas já tidos como resolvidos, preferimos o termo ideias sobre a linguagem e as línguas, que tem a vantagem de ser menos comprometido epistemologicamente; ou, mais exatamente, que concerne a um engajamento diferente, menos normativo, e mais respeitoso com a diversidade de formas que pode tomar o saber na história, ou em outras culturas.

1.1 Quadro teórico e epistemológico da AD e da HIL

A análise de discurso a qual estamos filiados, inicialmente denominada análise automática do discurso, foi teorizada na França na década de 1960 por Michel Pêcheux. Havia, nesse momento, duas particularidades apontadas por Pêcheux e Fuchs (1997a [1975]): a utilização de um procedimento algorítmico computadorizado, e a não limitação de uma prática que fosse linguística apenas, visto que há uma mudança de terreno ao propor o discurso (objeto sócio-histórico) como objeto teórico. Para Denise Maldidier (2017), temos nesse momento inaugural, todos os fios constitutivos de um novo objeto teórico, que é o discurso.

O processo de metaforização[3] científica que ocorreu na constituição da análise de discurso se deu a partir de três campos do saber: o marxismo, a linguística e a psicanálise. A partir da articulação dessas três regiões do saber, que não se confunde com uma simples junção, é elaborada a teoria do discurso. Há nesse

[3] Conforme Orlandi (2014) propõe pensar, com base nas reflexões que Pêcheux realizou acerca da metáfora como transferência, o campo metafórico da análise de discurso em que ela “debate e se debate”: a linguística, a teoria das ideologias e a psicanálise.

processo uma mudança de terreno. Temos, com a elaboração da teoria do discurso, um objeto teórico próprio. História e sociedade em suas relações de força e poder, língua e inconsciente, objetos próprios das três regiões constitutivas da AD derivam para um novo objeto teórico, o discurso.

Definido como efeito de sentidos entre locutores, o discurso em AD não se confunde com fala, no sentido saussureano do termo[4]. Conforme Orlandi (2015a), o objeto discurso se constituiu a partir da tese, formulada por Pêcheux, de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, estabelecendo, assim, uma relação entre língua, discurso e ideologia.

Com a constituição da teoria do discurso, é elaborada também uma metodologia própria, que contribui para a análise de discurso se estabelecer como ciência, se inscrevendo na história de produção do conhecimento num lugar muito particular: na articulação da linguística (como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo), do materialismo histórico (como teoria das formações sociais e suas transformações, a teoria das ideologias) e da teoria do discurso (teoria da determinação histórica dos processos semânticos), sendo elas atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, conforme Pêcheux e Fuchs (1997a)

Por ter sido constituída a partir da articulação dessas três regiões do saber, a análise de discurso se estabelece como um procedimento científico de análise numa posição de entremeio, trabalhando, conforme Orlandi (2014, p. 10), "[...] o espaço de contradição que se forma na relação entre estas diferentes linhas". Desse modo, consideramos que a análise de discurso, epistemologicamente, se inscreve na história do conhecimento linguístico, pois contribui para a produção de conhecimento sobre a língua, mas que não se confunde com uma extensão da linguística ou como sendo parte dela.

Para compreendermos esse processo de metaforização (ruptura e constituição) da AD iremos refletir sobre as produções dos filósofos Michel Fichant (1989), que dedicou-se a refletir sobre a história das ciências, e Dominique Lecourt (1980), que propõe uma reflexão crítica sobre a epistemologia. Ambos os autores, em

---

[4] Ferdinand de Saussure, no *Curso de Linguística Geral* (1916), estabelece a dicotomia língua e fala, sendo a língua social em sua essência e independente do indivíduo e a fala sendo a parte individual da linguagem.

suas reflexões, criticam a perspectiva evolucionista e positivista de se olhar para a ciência, perspectiva essa que produz um efeito de unidade científica, pressupondo uma evolução ou um progresso da ciência e não considerando as ciências no plural.

Fichant, em *A ideia de uma história das ciências* (1989), ao refletir sobre a história das ciências como disciplina filosófica, critica a filosofia progressista por supor a unidade da ciência e a uniformidade do seu devir. O autor traz em seu texto, como exemplo, Georges Sarton (1884-1956) que, apesar de ter sido, dos teóricos nos países anglo-saxões, o que mais contribuiu para a constituição de uma disciplina especializada na história das ciências, considera a ciência do passado como inferior à da década de 1950, com o argumento de que tudo o que era errôneo havia sido rejeitado e tudo o que era bom havia sido mantido nos tratados de ciência mais recentes daquela década.

Para o autor, essa perspectiva positivista de compreender o conhecimento científico como perfectível, através do progresso e da evolução, tendo em vista a ciência como unidade e o seu devir contínuo, é guiada pelo empirismo. Segundo Fichant, falta em Sarton uma fundamentação de conceitos e teorias pensada com o intuito de dar à história das ciências um caráter não empirista deixando de ver nos conceitos somente resumos de resultados e nas teorias, coordenações de resultados e métodos.

Um outro ponto de discussão que Fichant (1989) traz para seu texto é a obra de Pierre Duhen intitulada *Les origines de la Statique* (1905) que para ele, Fichant (1989, p. 84), a qualidade "[...] deve-se não só à vastidão da informação recolhida, como também e sobretudo ao domínio que a cultura científica confere ao autor." Conforme Fichant (1989), Duhen, ao defender em sua obra que a ciência dos tempos modernos decorre de uma série ininterrupta de aperfeiçoamentos das doutrinas da Idade Média, sendo as revoluções intelectuais, na verdade, evoluções lentas devido ao respeito pelas tradições ser uma condição essencial para o progresso científico, reduz ou até mesmo anula as revoluções e as rupturas da história das ciências. O autor prossegue, refutando Duhen, ao afirmar que "[...] se não há um refundir no curso do devir de uma ciência constituída, não há ruptura instauradora da ciência." (1989, p. 86)

Na mesma linha de reflexão crítica está Domique Lecourt (1980), que afirma que a noção de "ciência da ciência", presente na filosofia de Hegel, continua sendo uma repetição filosófica muito antiga presente desde Platão - o pressuposto filosófico

idealista -, só que sob uma nova forma. Esta repetição, para Lecourt, produz o mesmo efeito da noção unitária de ciência, estando, assim, a anular "a realidade efectiva da história das ciências". O autor afirma ainda que "[...] o projecto duma 'ciência da ciência' tem o efeito regular de reduzir a história real das ciências a uma espécie de evolução." (LECOURT, 1980, p. 13)

Sob uma recusa do evolucionismo e do positivismo, para se pensar a epistemologia, se constituiu uma tradição, especificamente na França, que Lecourt se propõe a discutir em seu texto. O autor traz reflexões a respeito de Gaston Bachelard, Georges Camguilhem e Michel Foucault, teóricos que, segundo ele, têm objetivos distintos, mas que ao mesmo tempo manifestam interesses comuns e por isso interessa a discussão. Essa tradição é formulada e constituída, de acordo com Lecourt (1980), sob duas formas negativas: o não-positivismo e o anti-evolucionismo.

De acordo com Lecourt, Gaston Bachelard, em seu livro *O Novo Espírito Científico* (1934), propõe a Filosofia do Não. Inédita até então, a categoria se constituiu inicialmente, segundo Lecourt (1980, p. 21), "[...] pela extensão regular da negação, que tinha sido utilizada para pensar a novidade das geometrias não-euclidianas". A Filosofia do Não, em oposição ao princípio de continuidade, que era dominante no pensamento sobre a ciência da época, revelou-se em uma teoria não filosófica da filosofia, "uma das aquisições mais preciosas da epistemologia de Bachelard", nas palavras de Lecourt (1980). E, nesse sentido, a teoria do discurso, segundo Pêcheux ([1988]2014c), se propõe como uma teoria não subjetivista da subjetividade, utilizando esta nomeação para marcar um deslocamento do objetivismo abstrato e do subjetivismo idealista.

Segundo Lecourt (1980), uma outra teorização decisiva na produção de Bachelard é a elaboração do conceito de obstáculo epistemológico, que se dá na relação imaginária que o cientista tem com a sua prática. A reflexão de Bachelard sobre essa relação imaginária, de acordo com Lecourt, nos oferece elementos para relacioná-la ao "[...] conceito científico de ideologia, tal como aparece no materialismo histórico, na ciência da história, e que designa precisamente a 'relação imaginária dos homens às suas condições de existência' [...]" (LECOURT, 1980, p. 32).

De acordo com Lecourt, o alcance teórico de Georges Canguilhem representa uma verdadeira ruptura na prática filosófica. Esse alcance, segundo Lecourt (1980) se deu pela filiação à Bachelard, o primeiro a pensar a historicidade como essencial ao sistema articulado das práticas científicas, na medida em que ele

considera essas práticas um “conjunto de relações, historicamente determinadas, de produção de conceitos”. Para Lecourt, o trabalho de Canguilhem consistiu em refletir mais a respeito das filiações dos conceitos do que a respeito dos encadeamentos das teorias, devido à recusa de uma concepção linear e cronológica da história das Ciências em que se mede pela última teoria científica a validade das anteriores.

Desse modo, Camguilhem, ao se concentrar sobre as condições do aparecimento dos conceitos afirma que uma palavra não é um conceito e, ainda, que uma mesma palavra pode abarcar conceitos diferentes. Um exemplo disso é a própria palavra discurso, com significados diferentes de acordo com a teoria em que está inscrita.

Segundo Lecourt, é na obra *A Arqueologia do Saber* (1969), de Foucault que as polêmicas em seus escritos enriquecem e se intensificam, e mais persistentemente em relação à história das ideias, por estar apoiada “[...] num postulado de antropologia que o obriga a ser abertamente ou vergonhosamente continuísta.” (LECOURT, 1980, p. 85). De acordo com Lecourt, Foucault afirma que a história das ideias tem dois papéis: 1) relatar a história dos à-partes e das margens, estando inscrita na história das ciências, mas na dos conhecimentos imperfeitos e mal fundados que não conseguiram atingir a forma de cientificidade, e 2) percorrer as disciplinas existentes e reinterpretá-las. Foucault, em *A arqueologia do saber*, segundo Lecourt (1980), avança bastante ao examinar o que ele chama de “falsas ciências” e as “[...] ‘positividades’ que as ciências, uma vez constituídas, permitem por recorrência designar por ‘ideológicas’” (LECOURT, 1980, p. 87).

A necessidade de legitimar e dividir os saberes na história fez a análise de discurso ser definida como disciplina, e, na história dos saberes, a palavra *disciplina* como reflete Ferreira (2013), em sua pesquisa, é recorrente, na designação de domínios de saberes legitimados, ao lado da palavra *ciência*. Ao refletir sobre a relação de sobreposição que há entre disciplina/ciência, a autora afirma que “O que há, sempre, são efeitos de sentidos possibilitados por uma materialidade histórica.” (FERREIRA, 2013, p. 47) e, dentre esses efeitos, a autora aponta para diferentes sentidos de *disciplina*: como um domínio de saber especializado, como um domínio de saber não-científico e como um domínio de saber científico.

Dessa forma, a legitimação dos saberes como disciplina e ciência se dá a partir da relação histórica e constitutiva que eles têm com as instituições.

Em nosso trabalho compreendemos a análise de discurso enquanto ciência e disciplina, tendo um arcabouço teórico bem definido, com conceitos específicos para a teoria, com objeto e metodologia própria e estando em consonância ao que Fichant (1989) considera crucial, epistemologicamente falando, para conferir o estatuto de ciência.

A ciência nasce, para Fichant (1989), "da constituição de um corpo de conceitos, com as suas regras de produção", e por isso, "o devir de uma ciência é a formulação dos conceitos e das teorias desta ciência." O autor afirma ainda que "[...] no seio da unidade nominal de uma mesma ciência, conceitos, ou teorias podem ter devires diferentes, tipos de constituição ou de formação que não se podem reduzir num único modelo." (FICHANT, 1989, p. 113). Desse modo, epistemologia, para Fichant (1989), é a teoria da produção específica dos conceitos e da formação das teorias de cada ciência, definição que, segundo o autor, está em oposição ao projeto universalizante da filosofia das ciências e da teoria do conhecimento.

A reflexão crítica, observada neste trabalho, ao modo de compreender o conhecimento científico sob a perspectiva do positivismo e do evolucionismo, produzindo o efeito de ciência como unidade, realizada por M. Fichant e D. Lecourt se deu em um momento de tensões e questionamentos na França a respeito do que já estava estabilizado/naturalizado no espaço científico, filosófico e político. É nessa tradição de sentidos que surge a análise de discurso, formulada por M. Pêcheux, autor também afetado por esses questionamentos, especialmente no que se refere à organização do conhecimento científico e à constituição das disciplinas científicas. Por isso, a análise de discurso se inscreve na história do conhecimento sem a ilusão de dar respostas fechadas, mas de colocar questões a outras disciplinas e a ela mesma. A práxis teórica da análise de discurso proposta por Pêcheux se dá num contínuo retorno a suas bases, com retificações sendo realizadas continuamente na teoria.

Por estarmos filiados à análise de discurso, temos uma forma específica de compreender o conhecimento científico. Pensamos as produções científicas como discursos produzidos em condições específicas de produção, e por considerarmos discursos, compreendemos que eles se constituem na tensão entre paráfrase e polissemia, conforme Orlandi (2015a). O positivismo e o evolucionismo, enquanto formações ideológicas, determinam a constituição de um arquivo produzindo um efeito de unidade da ciência, de verdade - a noção de uma ciência régia, conforme Pêcheux (2015), e sob esse efeito, o significante ciência é formulado no singular. Trata-se do

que Lecourt (1980) criticou em Sarton, e que vimos anteriormente, uma concepção de ciência positiva e evolutiva em que se mantém tudo o que é considerado bom nos tratados de ciência recentes à época e se rejeita o que é considerado errôneo. Essa prática seletiva, entretanto, se dá na relação imaginária do sujeito-cientista com as produções de conhecimento, sob o efeito de progresso e de unidade.

Compreendemos que, epistemologicamente, a análise de discurso não se inscreve na história do conhecimento como uma linha da linguística, isso porque, segundo Orlandi (2014), a relação entre língua e exterioridade na AD "muda a própria natureza do que é a língua". Entretanto, durante seu processo de institucionalização no Brasil, ela se desenvolveu primeiramente como disciplina nos cursos de linguística da USP e da UNICAMP, produzindo, assim, um "efeito de pertencimento", como disciplina da linguística, conforme Ferreira (2013).

Ao analisar o Currículo do curso de graduação em linguística, dos catálogos de 1971 a 1990, Ferreira (2013) afirma que:

> Um aspecto interessante é que a inclusão da Análise do Discurso junto às áreas disciplinares faz com que ela signifique como disciplina da linguística, pelo efeito de pertencimento. O fato desse domínio de saber ter sido institucionalizado enquanto disciplina do Curso de Linguística na Unicamp é um acontecimento significativo na legitimação de um dizer que situa o analista de discurso enquanto linguista no espaço científico brasileiro. (2013, p. 125).

Entretanto, a autora observa que, nos recortes do Processo 2961 encaminhado ao CEE em 1972 para reconhecimento do curso de linguística, a análise de discurso não está "[...] configurada nem em relação às pesquisas interdisciplinares e nem em relação às pesquisas que a linguística tem particularmente desenvolvido [...]" (FERREIRA, 2013, p. 127), estando situada, segundo a autora, "num espaço que não é definido, a partir do qual as 'noções e métodos linguísticos' são aplicáveis de maneira mais fecunda", ao lado da Linguística e da Teoria Literária.

A AD se apresenta, institucionalmente, ora como disciplina da linguística pelo efeito de pertencimento, ora ao lado da linguística e da teoria literária como lugar fecundo para aplicações de métodos e conhecimentos linguísticos, o que é bastante impreciso. Esses diferentes efeitos de sentidos se dão pelo fato de que a organização institucional se dá na relação imaginária que os sujeitos têm com a teoria, pois, esses lugares institucionais, conforme Ferreira (2013, p. 77), "[...] transitam pelos limites simbolicamente imaginários e materialmente tensos entre as políticas do Estado, das Instituições e dos saberes [...]". Há, portanto, uma memória institucional funcionando

no processo de produção de sentidos, uma memória de tensões, disputas e contradições na organização político-administrativa do conhecimento produzido na universidade, como podemos ver em M. Pêcheux (2014c),

> as contradições que constituem o que chamamos as *condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção* se repercutem, com deslizamentos, deslocamentos etc., no todo complexo das ideologias teóricas sob a forma de *relações de desigualdade-subordinação que determinam os interesses teóricos em luta numa conjuntura dada*, e isso tanto no período que precede o começo histórico de uma ciência quanto durante o desenvolvimento sem fim que esse começo inaugura. (PÊCHEUX, 2014c, destaques do autor, p. 173)

A institucionalização da análise de discurso se deu, como reflete Pêcheux (2014c) a respeito do trabalho de produção dos conhecimentos marxista-leninista, por meio de uma luta e não no "desenvolvimento harmonioso", num progresso que, segundo o autor, é próprio do racionalismo clássico atribuir a toda ciência.

Orlandi (2014), ao discorrer sobre a conjuntura política no processo de institucionalização da AD no Brasil, relata que:

> Na USP, como não havia uma disciplina com o nome de Análise de Discurso, chamamos de Análise Sociolinguística do Discurso Pedagógico. É assim que aparece pela primeira vez a palavra "discurso" em um curso de pós-graduação, na USP, Mas, já antes, no curso de morfossintaxe, de linguística geral, entremeadamente, apresentávamos a teoria filiada a M. Pêcheux. (ORLANDI, 2014, p. 42)

A autora segue afirmando que foi somente em 1979, na Unicamp, que a análise de discurso "[...] encontrou lugar como disciplina; institucionalizou-se, passou a fazer parte do curriculum e permitiu que se pudessem enviar projetos de Análise de Discurso a organismos de fomento assim como conceber bolsas de mestrandos e doutorandos nesta disciplina [...]". (ORLANDI, 2014, p. 42)

A partir dessas referências históricas de Orlandi, pudemos compreender que a institucionalização da análise de discurso se deu a partir de muito esforço e disputas por um lugar institucional, e que, ainda, segundo Orlandi, "Tudo era (des)favorável[5]" para a instalação da AD devido às condições políticas que o Brasil se encontrava (1969-1974), pois com censura e perseguições nos anos de chumbo, diferentemente da França, não foi possível começar as produções pela análise do discurso político, e por isso iniciou-se o trabalho com o discurso pedagógico no esforço de "encontrar um modo de dizer o que não se podia dizer".

---

[5] Ao mesmo tempo que a conjuntura política demonstrava ser desfavorável para a instalação da AD, ela também possibilitou outras vias de instalação, outros sentidos e outras leituras possíveis.

Para Orlandi (2014), os estudos que têm como referência base M. Pêcheux têm avançado no Brasil, no conhecimento dos sujeitos e dos sentidos e produzindo deslocamentos em seu campo. Com esses avanços a análise de discurso, segundo Orlandi (2014), torna-se mais do que uma disciplina, mas uma área de conhecimento sobre a(s) linguagem(ns), afetando, assim, "[...] a própria linguística, pelos aportes à compreensão de como funciona a língua em sujeitos, no mundo, e as Ciências Humanas e Sociais, no estudo de seus objetos, reconhecendo, neles sua relação com a linguagem." (ORLANDI, 2014, p. 37).

Dessa forma, a AD se aproxima da HIL na medida em que as duas disciplinas se constituem num espaço científico mais amplo que a linguística, além de terem uma visão histórica das ciências, e particularmente das ciências da linguagem, conforme Nunes (2008). É importante ressaltar novamente que essa articulação não se dá sob o efeito de completude e de interdisciplinaridade.

Nossa posição neste trabalho é a de analistas de discurso e a HIL traz contribuições importantes para se pensar o processo de constituição da língua nacional por meio dos instrumentos linguísticos. Entretanto, como afirma Thaís A. Costa (2019), a inscrição do sujeito-analista nesse lugar de articulação "[...] não pressupõe a intercambialidade de conceitos, já que incorporações acríticas podem ser problemáticas do ponto de vista teórico." (COSTA, 2019, p. 30). Tem-se, portanto, todo um trabalho de ressignificação, considerando a materialidade linguística na qual os discursos sobre a língua são produzidos e evitando tomá-los como documentos transparentes ou como antecessores ou precursores da ciência moderna, conforme Nunes (2008).

Sylvain Auroux, em sua obra intitulada *A revolução tecnológica da gramatização* (1992), busca compreender como se deu a produção do conhecimento linguístico na história, que abrange não somente a linguística enquanto ciência, isto porque para Auroux (1992, p. 14), *ciência* é apenas uma palavra normativa. Desse modo, como afirma Auroux, "Seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram ao seu respeito; este é nosso objeto." (AUROUX, 1992, p. 13).

Auroux, autor também constituído nas condições de produção específicas da França na década de 1960 em meio às tensões e aos questionamentos que eram realizados naquele momento, critica a forma de organizar os saberes linguísticos

numa perspectiva evolutiva, com a concepção de unidade de ciência e, dessa maneira, acaba recorrendo à expressão plural "ciências da linguagem". Para o autor,

> O saber, (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (AUROUX, 1992, p. 11-12)

A forma como Auroux compreende o saber e seus movimentos ao logo da história se aproxima, de certo modo, da forma como nós, da análise de discurso, pensamos a constituição do saber na história. Uma diferença importante a salientar é que fazemos isso considerando os discursos em seu funcionamento, sendo os conhecimentos, discursos produzidos em determinadas condições de produção na tensão entre paráfrase (a memória, o retorno do mesmo) e polissemia (o deslocamento, a intervenção do diferente).

A institucionalização da HIL no Brasil teve início quando, em viagem para a França, durante o Pós-doutorado, Eni Orlandi que já desenvolvia um projeto nomeado *Discurso, Significação e Brasilidade*, que tinha como objetivo compreender os discursos sobre a língua no Brasil, conheceu Sylvain Auroux que também já desenvolvia e dirigia um projeto significativo sobre a história das ideias linguísticas. Estabeleceu-se, a partir de então, um convênio entre as duas instituições (IEL-Unicamp e Universidade de Paris VII) que deu início ao projeto franco-brasileiro, *História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e a Constituição da Língua Nacional* e, posteriormente, ao projeto *História das Ideias Linguísticas no Brasil: Ética e Política de Línguas*, conforme o site do programa de história das ideias linguísticas[6].

De acordo com Ferreira (2018), com o desenvolvimento desses projetos de pesquisa houve a expansão da HIL para universidades de todas as cinco regiões do Brasil. De acordo com a autora, nesse movimento de expansão, a HIL tem ganhado espaço como linhas de pesquisa de cursos de pós-graduação, e nos cursos de graduação como disciplinas de história das ideias linguísticas ou que trabalham nessa perspectiva, mesmo tendo outra nomeação. Para a autora, "Isso vem resultando numa quantidade massiva de dissertações e de teses defendidas em história das ideias

[6] Fonte: <www.unicamp.br/iel/hil/historico.html> Acesso em 20 de mai. de 2020.

linguísticas ou articuladas a essa área; [...] (FERREIRA, 2018, p. 20), que é o caso deste trabalho.

Ainda segundo a autora, a história das ideias linguísticas, da maneira como foi estabelecida no Brasil, em sua filiação à análise de discurso produz uma forma específica de trabalhar. Segundo a autora, a HIL:

> [...] vem indagando sobre os instrumentos linguísticos e suas relações com as instituições, o Estado, o mercado, a globalização, bem como com os novos modos de significação do sujeito em relação à identidade e à autoria e, ainda, em relação aos movimentos de resistência às formas de conformação técnica (FERREIRA, 2018, p. 27-28).

Nunes (2008) também pontua essa especificidade do desenvolvimento da HIL no Brasil em articulação com a AD, afirmando que:

> [...] esse modo de fazer história da ciência tem consequências para a leitura e mesmo para a produção de arquivos relativos às ciências da linguagem. Isso inclui tanto os trabalhos de análise dos textos de arquivo, dos gestos de leitura que deles se depreendem, quanto a proposição de novas formas de escrita do arquivo, sensíveis à historicidade dos sentidos, à pluralidade dos domínios das ciências da linguagem, à espacialidade e à temporalidade do conhecimento, às formas de autoria, aos funcionamentos institucionais, aos acontecimentos, enfim, a tudo aquilo que compreende as condições de produção dos discursos científicos. (NUNES, 2008, p. 11)

É nesse sentido que Ferreira (2013, p. 31) ao refletir sobre esse processo de constituição da teoria afirma que essa especificidade, isto é, essa determinada maneira de se fazer a história das ideias linguísticas *no* brasil, permite construir e inaugurar o domínio da história das ideias linguísticas *do* Brasil.

Desse modo, nossa escolha em estudar Machado de Assis não se dá na busca de se estudar o Clássico por ele mesmo, de dar preferência ao que está canonizado sem considerar a produção sobre o local, sobre o regional e sobre as minorias (que têm ganhado cada vez mais espaço com os discursos de mundialização). Nossa pesquisa se inscreve na tradição, iniciada por Eni Orlandi, de compreender como se deu a construção da língua nacional e do saber metalinguístico no Brasil. Dessa forma, a escritura produzida por esse autor nos interessa, na medida em que ela contribui para a instituição de um modelo de língua que ao ser descrita e instrumentalizada pelas gramáticas e dicionários é legitimada pelo Estado como língua nacional, produzindo o efeito de unidade entre Língua e Estado.

1.2 Procedimentos metodológicos

Como temos afirmado na seção anterior, epistemologicamente, a análise de discurso não é uma extensão da linguística, embora tenha sido instituída, no Brasil, como disciplina da linguística produzindo um efeito de pertencimento, conforme Ferreira (2013). Desse modo, por termos um corte epistemológico e, com isso, a constituição de um novo objeto científico - o discurso – houve a necessidade da elaboração de um procedimento metodológico próprio para pensar esse novo objeto.

É nesse movimento que surge a análise de discurso, procedimento de análise inaugurado na década de 1960, que mobilizaremos para a análise de recortes de romances de Machado de Assis, a fim de compreender o processo de constituição da discursividade literária realista e como se deu a relação do sujeito autor com a língua nacional naquelas condições de produção. Nosso trabalho se constitui como uma prática de leitura, sob a perspectiva da AD e em articulação com a HIL, de um arquivo pertinente para nossa questão de pesquisa. Um arquivo que significa a língua e se significa por ela produzindo um gesto de interpretação da sociedade do séc. XIX, de acordo com suas condições de produção (no sentido lato e estrito).

É importante ressaltar que nosso trabalho de análise não se confunde com as leituras de arquivo literárias[7] tradicionais apontadas por M. Pêcheux em *Ler o arquivo hoje*[8] (2014b). De acordo com o autor, essas práticas de leitura acreditam "quitar suas dívidas" com a linguística ao transportar para si alguns conceitos, ou até mesmo utilizar em seus procedimentos elementos de estruturas morfológicas e/ou sintáticas. Ao falar em quitar dívidas, o autor refere-se a uma divisão do trabalho de leitura entre o literário e o científico, que se desenvolveu desde a Era Clássica na tradição escolar-universitária. Entretanto, tanto o trabalho literário, como o trabalho científico apresentam problemas nas suas práticas de leitura: a cultura literária (ressaltamos que Pêcheux refere-se, ao falar de cultura literária, ao trabalho documental produzido por historiadores, filósofos, etc.) transporta, segundo Pêcheux (2014b, p. 64), "[...] evidências de leitura que atravessam a materialidade do texto, sempre tido como linguisticamente transparente [...]", e a cultura científica, além de também ter suas próprias evidências de leitura, "[...] finge por 'precaução metodológica' ignorar tudo do

[7] O termo "leituras de arquivo literárias", neste caso, assim como em Pêcheux (2014b), refere-se ao trabalho de leitura interpretativa documental dos historiadores, filósofos e aos profissionais de letras.
[8] Artigo publicado no Brasil no livro Gestos de Leitura, sob organização de E. Orlandi.

fato mesmo da língua, e destina-se a tratá-la como uma materialidade qualquer." (PÊCHEUX, grifo do autor, 2014b, p. 65).

Constituída como uma disciplina da interpretação e questionando as maneiras de se ler os arquivos, a análise de discurso de M. Pêcheux nos atenta para a urgência de se trabalhar a "*materialidade da língua na discursividade do arquivo*" sem disciplinar o exercício de leitura dos arquivos por meio de classificações, indexações, etc., que, segundo o autor, " [...] derivam mais da gestão administrativa e do sonho logicista de língua ideal que da pesquisa científica fundamental." (PÊCHEUX, 2014b, p. 67).

A posição teórica da análise de discurso a qual estamos filiados considera a língua como sendo relativamente autônoma, visto que ela deve ser pensada sempre em relação à história, que é seu lugar de significação. Segundo Guilhaumou, Maldidier e Robin (2016), o sentido não é jamais colocado em relação a um exterior não linguageiro; ele se constrói por dispositivos de arquivo em que se manifesta a materialidade da língua. Dessa maneira, a língua é a "*base comum de processos discursivos diferenciados*", conforme Pêcheux (2014a). A relação que a língua, de nossa perspectiva, estabelece com a exterioridade não é uma relação de adição (língua + contexto) como se poderia depreender de abordagens pragmáticas, mas sim de constituição, numa perspectiva materialista compreendendo a exterioridade. A relação da língua com a exterioridade muda a própria natureza do que é língua e é condição para a própria análise, passando da noção de função para a de funcionamento, conforme Orlandi (2014). É nesse sentido que para Maldidier e Guilhaumou (2014):

> Todo arquivo, principalmente manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de uma chancela institucional etc., ou ainda pelo lugar que ele ocupa em uma série. Essa identificação, puramente institucional, é para nós insuficiente: ela diz pouco do funcionamento do arquivo. (MALDIDIER; GUILHAUMOU, 2014, p. 170)

Isso porque, de acordo com os autores, o arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências. O arquivo tem sua espessura histórica e linguística que pode ser compreendida somente ao nos deslocarmos da noção de função para a de funcionamento. Dessa forma, somente ao trabalharmos com o arquivo considerando a sua materialidade linguística na relação constitutiva com a exterioridade é que podemos compreender o seu funcionamento discursivo, como podemos ver em Pêcheux (2014b), ao afirmar que "É esta relação entre *língua* como

sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo." (PÊCHEUX, 2014b, grifos do autor, p. 66)

Nesse sentido, em uma primeira leitura de de-superficialização[9] de nosso material, realizamos o procedimento de recortar o *corpus* (bruto) de análise. É assim que passamos da unidade empírica, dos textos que constituem o arquivo, para o discurso, a discursividade. Após esse primeiro momento, ao realizar os recortes, visto que não é suficiente apenas identificar regularidades e/ou dispersões presentes no arquivo, partimos para a segunda etapa de análise, com o intuito de passarmos do objeto discursivo para a compreensão do processo discursivo e sua constituição.

M. Pêcheux ([1975] 2014c) define o processo discursivo como "o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – "significantes" - em uma formação discursiva dada.". O processo discursivo, para o autor, se desenvolve sob a base linguística numa relação constitutiva com a exterioridade, isto é, com o todo complexo com dominante das formações discursivas intricado no complexo das formações ideológicas. É nesse sentido que Maldidier e Guilhaumou (2014) afirmam que a análise do *corpus* é um momento privilegiado, pois é a partir dela que se pode compreender a relação com a materialidade da língua, com a história e com o real.

Na análise de discurso, teoria e análise se constroem ao mesmo tempo (não se separam), portanto, não há uma mera aplicação de conceitos numa perspectiva logicista. O que queremos explicitar é que "[...] a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise. " (ORLANDI, 2015a p. 65). É somente com esse ir-e-vir que o analista poderá compreender o funcionamento discursivo, deslocando-se para um lugar de entremeio: entre a descrição e a interpretação.

Para Orlandi (2015a),

> Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face suas outras questões. Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais. (ORLANDI, 2015a, p. 25)

[9] De acordo com Orlandi (2015a), o processo de de-superficialização, realizado na primeira etapa de análise, permite a passagem fundamental da superfície linguística para o objeto discursivo.

Por isso há a distinção entre dispositivo teórico (aquele já posto, dado pela teoria) e dispositivo analítico (aquele construído pelo analista em cada análise). De acordo com Orlandi (2015a), quando nos referimos ao dispositivo analítico, estamos pensando o dispositivo teórico já individualizado pelo analista.

É nesse sentido que, ao compreendermos as produções de Machado de Assis formando um arquivo, com sua espessura linguística e histórica, mobilizamos o conceito de memória, visto que, conforme Dias (2011, p. 11), "O arquivo é um dos fundamentos do saber, pois é feito de memória. Essa memória que atravessa o presente dividindo-o em dois: a imagem do passado e uma formulação desse passado no presente.". Trata-se do que Orlandi (2017, p. 78) define por memória institucionalizada, "[...] a memória de arquivo, ou seja, a memória que não esquece. Memória que as instituições sociais mantêm, alimentam e disponibilizam, num processo de institucionalização, cristalização de sentidos.".

Ao trabalhar com a noção de arquivo enquanto memória[10] nos direcionamos ao que Orlandi (2017) define por narratividade, afirmando poder ser para o analista um observatório ou um instrumento de observação da relação entre ideologia e inconsciente, que são duas estruturas-funcionamentos, conforme Pêcheux (2014c), que produzem um tecido de evidências subjetivas, do sujeito como origem de si e do sentido como transparente.

A noção de narratividade, estabelecida por Orlandi (2017), surge como um deslocamento, isto é, uma redefinição da noção tipológica de narração para marcar o lugar teórico em que estamos inseridos (o da discursividade). Definida como *'a maneira pela qual uma memória se diz em processos identitários, apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmando/vinculando seu pertencimento a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas'.* (Orlandi, destaques do autor, 2017, p. 30), ela é, segundo a autora, juntamente com as condições de produção, componente fundamental para o processo de produção de todo e qualquer sentido, não estando restrito apenas às narrativas.

Desse modo, pela narratividade, o analista de discurso pode, conforme Orlandi (2017), observar e compreender o funcionamento discursivo através das "marcas" que ela carrega da ideologia e do inconsciente, que são duas estruturas-

[10] Memória, neste trabalho, assim como para Pêcheux (1999), é entendida como memória social, inscrita em práticas.

funcionamentos que tem como caráter comum, apesar de serem dissimétricas, dissimular (cada uma a sua maneira) “[...] sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento [...]”, segundo Pêcheux (2014c, p. 139).

Ao mobilizarmos a noção de narratividade, como observatório, como propõe Orlandi (2017), que é uma forma específica de olhar para a narrativa, deslocada do campo da retórica e da pragmática, estamos na busca de compreender como a memória, por meio do processo de identificação/individuação por qual passa o sujeito-autor, funciona no processo de produção de seus discursos e quais deslocamentos são produzidos em suas produções no processo de constituição do realismo literário, que entendemos como uma tradição de sentidos que se instala significando a língua e se significando por ela. E, portanto, é considerado, junto com as gramáticas e os dicionários, parte do processo de construção do saber metalinguístico no Brasil, que foi iniciado com os jesuítas; e de constituição da língua nacional estabelecida com a independência em 1822, quando Língua e Estado se conjugaram na institucionalização da sociedade brasileira, segundo Orlandi (2001).

Buscamos compreender o processo de constituição da discursividade literária, colocando em relação diferentes textos de Machado de Assis, para que possamos alcançar as suas regularidades e então seu funcionamento discursivo, o modo como ele organiza os sentidos. Em um primeiro momento foi realizada a leitura de de-superficialização das textualidades *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876), *Iaiá Garcia* (1878), *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1891), *Dom Casmurro* (1899), *Esaú e Jacó* (1904), *Memorial de Aires* (1908), que foi nosso material bruto de análise, sendo possível construir nosso objeto discursivo, passando dos textos empíricos, para o discurso.

Ao escolhermos esses romances como material bruto de análise, estamos diante de uma evidência tipológica. O que define se um texto é ou não de determinado gênero é o funcionamento ideológico, institucional. O sujeito-autor, ao ser determinado pelo institucional, textualiza um romance diferentemente de como ele textualizaria um poema, ou uma crônica. A tipologia, estabelecida pelo institucional já determina a produção de sentidos. É nesse sentido que as textualidades citadas acima produzem um efeito de unidade, de um arquivo. Entretanto ao se deparar com as heterogeneidades constitutivas desse arquivo, as teorias sobre a literatura já consolidadas e que têm, hoje, um estatuto institucional dominante, as definem como fases na escrita de um autor e, no caso de Machado de Assis, classificam-nas em

duas fases: a fase romântica, em que estariam *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878), e a fase realista, em que estariam *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1891), *Dom Casmurro* (1899), *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908).

E ainda, quando a textualidade escapa dessas determinações de teorias já institucionalizadas que tipologizam a literatura e o sujeito-autor não deixa marcas que evidenciam tal tipologia, há uma não coincidência do discurso institucional com ele mesmo, como acontece com *Casa Velha* (1944), que ora é denominado como romance, ora como conto, ora como novela. Isso ocorre porque o próprio discurso produzido pela instituição literária é heterogêneo, atravessado por diferentes formações discursivas.

Desse modo, compreendemos que a regulamentação, a classificação por tipologias e a denominação produzem uma divisão de sentido, a ilusão de evidência do que é um romance, um conto ou uma novela. No entanto, partindo de uma perspectiva discursiva, compreendemos que essa divisão não é clara, pois estão em jogo o político e o ideológico, nas relações de força e de sentido que o institucional produz. É nesse sentido que nós, da análise de discurso, não olhamos para essas classificações, mas sim para o funcionamento discursivo, para as heterogeneidades discursivas, para as relações de força e de sentido inscritas nas textualidades.

Visto que em um mesmo texto se desenvolvem diferentes processos de significação, nossa pesquisa não tem a pretensão de dar conta de todos eles. Os recortes que constituem nossa análise foram selecionados com o intuito de responder nossas perguntas: Como se deu o processo de constituição da discursividade literária realista, em Machado de Assis? Qual a relação desse sujeito-autor com a língua nacional? É para essas questões, e não outras, que nos direcionamos, e isso significa dizer que nosso corpus se constituirá por meio de recortes de *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1891), *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908), que possibilitam: a) a observação e a análise dos mecanismos discursivos de antecipação, por meio das projeções imaginárias, que fundamentam a produção dos sentidos; b) a compreensão da construção desse efeito de real; e c) a compreensão da relação que o sujeito autor estabelece com a língua nacional.

2 JOGO METAFÓRICO: UMA DISCURSIVIDADE POR OUTRA

Roland Barthes, em *O rumor da língua* (2004 [1984]), critica o fato de que, até o momento de sua discussão, a literatura só havia sido abordada pela ciência de forma "muito marginal", isto é, pela história das obras (narrativas) ou dos autores, ou das escolas (estilos literários) ou pelos textos sob uma perspectiva filológica. A partir dessa reflexão acerca da configuração dos estudos sendo desenvolvidos até o momento, Barthes (2004) aponta para a fundação da ciência da literatura com base no estruturalismo, que priorizaria a taxonomização das formas discursivas.

Diferentemente de uma abordagem classificatória de se estudar os arquivos literários, apoiada em métodos linguísticos estruturalistas, fazemos uma leitura desses arquivos enquanto uma escritura, isto é, enquanto um gesto de leitura inscrito nas produções literárias. Assim como para Barthes (2004), não nos interessa fazer uma distinção entre linguagem objetiva e linguagem subjetiva, pois na medida em que tomamos o discurso como objeto de estudo compreendemos a língua como a base comum para diferentes processos discursivos constituídos em condições específicas de produções, e, conforme Pêcheux (1997b, p. 82) "[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.". Dessa forma, a objetividade ou a subjetividade, de nossa perspectiva teórica, é um efeito de sentido que se dá de acordo com a relação que o sujeito-autor estabelece com a língua, e se constitui pela imagem que o sujeito faz de si, do outro e do seu discurso.

Essa dicotomia linguagem objetiva/linguagem subjetiva, sustentada por uma filosofia idealista da linguagem, é, para nós da análise de discurso, efeito do ideológico que se apresenta sob duas evidências: a do objetivismo abstrato (a língua como sistema neutro, abstrato) e a do subjetivismo idealista (o sujeito como centro e causa de si), conforme Orlandi (1999). A subjetividade, de nossa perspectiva teórica, está relacionada à tese de L. Althusser (1970) de que "a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos", e não no sentido idealista na ilusão de um eu origem de si mesmo, de uma psique individual.

Dessa forma, quando falamos da discursividade literária realista, não estamos falando do realismo enquanto estilo ou escola literária fechado em si mesmo,

conforme Fragoso (2001), mas sim enquanto efeitos de sentidos entre locutores (discurso).

De acordo com Fragoso (2001), não basta ficar na interioridade, isto é, na transparência/evidência do sentido e, é nesse sentido que, para marcar a posição teórica da análise de discurso que busca compreender o processo discursivo que se desenvolve sob a base material linguística e seus deslocamentos, Fragoso (2001) denomina discursividades literárias àquilo que na literatura é chamado de estilos e/ou períodos literários.

Desse modo, ao nos referirmos ao realismo enquanto uma discusividade literária, estamos levando em conta o literário com toda sua espessura histórica, material (ideológica) e linguística. Assim, cada discursividade literária corresponde a um trabalho com a língua de maneira específica, e a materialização de uma nova discursividade não se dá aleatória ou subitamente, ela depende do deslocamento nas redes de memória e nos trajetos sociais (PÊCHEUX, 2015).

A discursividade literária realista, e estamos falando aqui especialmente de sua materialização no discurso produzido por Machado de Assis, nas textualidades que estamos analisando, nos apresenta um gesto de interpretação da sociedade brasileira no séc. XIX, e mais especificamente falando, da sociedade do Rio de Janeiro. A inscrição desse gesto de interpretação no texto produz um efeito de real que pode ser lido, em seu processo de circulação, como uma evidência, uma denúncia ou uma explicitação de um real daquela sociedade naquele recorte histórico, gerando a ilusão de uma relação direta entre linguagem, pensamento e mundo.

A partir dessa leitura feita de Machado de Assis, o autor foi classificado, em muitos estudos literários, como um autor realista, e também como o fundador do realismo no Brasil. É essa a leitura dominante, que foi disciplinarizada como saber escolar e acadêmico, apesar de haver estudos que consideram um estilo próprio e se recusam a classificá-lo como realista.

Não entraremos nessa discussão, visto que, por estarmos filiados a uma perspectiva discursiva que não é classificatória e/ou cronológica, mas sim que se desdobra em compreender os processos discursivos e seus funcionamentos, o que inclui pensar a autoria e a leitura (interpretação), compreendemos que essa discussão acerca de Machado de Assis ser ou não um autor realista, se trata de leituras diferentes (possíveis) de uma mesma textualidade. Essas diferentes leituras se dão,

conforme Orlandi (2012b), pelo motivo de que o sujeito-leitor não lê da posição em que o sujeito autor formula, na verdade ele é posto em relação a essa posição.

Visto que estamos inscritos no campo da discursividade, olhamos para as textualidades que constituem nosso arquivo no intuito de compreender o modo de constituição desse discurso e seus efeitos (efeito de real), e para isso, observaremos "a maneira pela qual a memória se diz nos processos identitários, apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmando/vinculando seu pertencimento a espações de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas." (ORLANDI, 2017, p. 30). Este é o nosso propósito nesta subseção.

Em *Eu, Tu, Ele* (2017), ao refletir sobre a formação teórica da análise de discurso, Orlandi (2017, p. 20) nos convida a pensar o funcionamento do interdiscurso aproximando-o da definição de metáfora (uma palavra por outra) chegando a formulação de que "sujeito e sentido se constituem pelo jogo metafórico". Partimos dessa reflexão para pensar o processo de constituição da discursividade literária realista em Machado de Assis. Ela nos permite pensar que as discursividades passam por um processo de metaforização/transferência (uma palavra por outra, uma discursividade por outra).

De acordo com Pêcheux (2015), todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, isso porque a ideologia não é um ritual sem falhas. O sujeito, que é constituído pela ideologia e afetado pelo inconsciente, que são duas estruturas-funcionamentos que tem o caráter de dissimular suas próprias existências no interior mesmo de seus funcionamentos, conforme Pêcheux (2014c, p. 139), pode se identificar com outras redes de memória e, assim, pelo jogo metafórico, vincular seu pertencimento a outros espaços discursivos.

De nossa perspectiva, que tem como base constitutiva a teoria das ideologias, para que uma nova ordem dos sentidos se instaure, conforme Pêcheux (2015), é preciso que haja primeiro uma desestruturação-reestruturação nas formações ideológicas. Trata-se de um processo de deslocamento que depende da identificação e do gesto de interpretação dos sujeitos para se materializar na e pela língua, que é a base para os processos discursivos.

É esse processo que buscamos compreender nesta seção, o processo de constituição da discursividade literária realista, por Machado de Assis. Processo este que pode ser visto, numa perspectiva classificatória, como períodos literários fechados em si mesmos, e ainda, como fases da escrita de um autor. Notamos essa

divisão/classificação em fases no próprio discurso de Machado de Assis, como podemos ver no recorte que fizemos da advertência da edição de 1905 de *Ressurreição* (1872), a seguir:

> Este foi o meu primeiro romance, escrito aí vão muitos anos. Dado em nova edição, não lhe altero a composição nem o estilo, apenas troco dois ou três vocábulos, e faço tais ou quais correções de ortografia. Como outros que vieram depois, e alguns contos e novelas de então, pertence à primeira fase da minha vida literária. (ASSIS, [1872]2008a, grifo nosso, p. 232)

Vejamos também outro recorte que destacamos da advertência de *Helena* (1876), escrita pelo autor também em uma reedição em 1905:

> Ele é o mesmo da data em que o compus e imprimi, diverso do que o tempo me fez depois, correspondendo assim ao capítulo da história do meu espírito, naquele ano de 1876.
> Não me culpeis pelo que lhe achardes romanesco. Dos que então fiz, este me era particularmente prezado. Agora mesmo, que há tanto me fui a outras e diferentes páginas, ouço um eco remoto ao reler estas. Eco de mocidade e fé ingênua. É claro que, em nenhum caso, lhes tiraria a feição passada; cada obra pertence ao seu tempo. (ASSIS, [1876]2008c, p. 380)

Considerando que o sujeito está, conforme Orlandi (2012), de alguma forma, inscrito no texto que produz, apesar de ter assumido a função-autor, podemos ver no recorte acima, um momento de confronto de sua escrita consigo mesmo, um sujeito que não se identifica mais com os efeitos de sentido produzidos em seus primeiros textos e, na tentativa de justificar sua escritura de outrora, como em: “não me culpeis pelo que lhe achardes romanesco”, associa o romanesco à mocidade e ingenuidade.

Temos, materializado no texto, o modo como o autor se relaciona com os deslocamentos existentes em sua escrita, deslocamentos estes que são constitutivos de todo processo discursivo, mas que não são evidentes, por estarem sob o princípio de autoria, submetido às exigências de se apresentar, conforme Foucault (1996, p. 28), como “aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real.”. Pede, então, ao leitor, que não lhe culpe pelo que há de romanesco em seu texto, justificando como ingenuidade gerada pela sua mocidade, e classificando sua escrita em fases, apesar de afirmar que “cada obra pertence ao seu tempo”.

Em discordância a essa posição, por termos como filiação teórica a análise de discurso materialista, compreendemos que o discurso é, de acordo com Orlandi (2012b), um processo contínuo e o que temos são sempre estados do processo discursivo. Dessa forma, o que há são deslocamentos e ressignificações, ao invés de

fases. E esses deslocamentos podem ser mais ou menos significativos, podendo constituir uma discursividade literária diferente, dependendo da forma como o autor se relaciona com as condições de produção, com as formações ideológicas, e com a língua. Para nós, trata-se de discursividades literárias diferentes, o que se difere de uma abordagem evolutiva, em que uma discursividade se tornaria melhor que a anterior.

Ao analisar o discurso do romantismo brasileiro e seus efeitos de sentido, Fragoso (2001) afirma que:

> [...] estes elementos naturais constituíram a referência para se pensar a nação brasileira (e a própria língua nacional). Eles (a natureza, o índio e o passado histórico nacional) fundaram uma discursividade, ancorada no aspecto natural (o naturalismo deste país), para a nação brasileira (e à língua nacional que também, segundo os românticos, era "portadora" desse naturalismo/dessa simplicidade). A descrição desses elementos naturais no discurso romântico trabalhou a constituição da nação brasileira e da língua nacional, fixando uma identidade para ambas. São estes elementos naturais que constituíram o sentido de brasilidade à nação brasileira e à língua nacional. Nesse sentido, o discurso romântico tornou visível a imagem de um Brasil natural (nação independente) e de uma língua libertada (a nacional). (FRAGOSO, 2001, p. 159-160)

Já na discursividade realista não há mais a necessidade de reivindicar uma língua que seja nacional como vemos no discurso romântico, visto que ela já está institucionalizada. Apesar de o naturalismo/nacionalismo perder sua posição de dominância nos textos literários, e outras questões serem colocadas, produzindo um deslocamento e um outro gesto de leitura, os autores/escritores continua sustentando esse imaginário de unidade Estado, Língua, Nação, instituído pelo romantismo. Não há uma ruptura nesse sentido, a escritura desses autores literários continua produzindo um efeito de unidade de língua que se constitui como modelo para a instrumentalização através de gramáticas e dicionários.

Santos e Fragoso (2020) com o objetivo de compreender os efeitos de sentidos produzidos em *Ressurreição* (1872), primeiro romance de Machado de Assis, consideram (os) que já havia um deslocamento em relação ao romantismo, mas não uma ruptura. A partir da análise de recortes do romance, principalmente do prólogo, onde o sujeito-autor formula “Este prólogo não se parece com esses prólogos” (ASSIS, [1872]2008a, p. 232) e “Não quis fazer romances de costumes” (ASSIS, [1872]2008a, p. 233), vimos, com a análise desse primeiro texto, um deslocamento inicial que é parte do processo de constituição da discursividade literária realista, estabelecendo uma relação de contraposição à discursividade romântica.

2.1 O princípio de autoria e a função autor

Barthes (2004) critica o fato de que, por séculos, o interesse nos estudos literários esteve voltado unicamente para a explicação do porquê o autor escreveu sua obra, segundo que injunções, que pulsões e que limites. Essas questões eram colocadas sob duas formas: a) a microscópica, que buscava esclarecer cada pormenor filológico, autobiográfico ou psicológico e b) a telescópica, que buscava esquadrinhar o espaço histórico em que o autor estava envolvido. Barthes (2004), ao fazer essa crítica, chama a atenção para a leitura e para os leitores, considerados simples usufrutuários das obras. Para Barthes, essa perspectiva compreende as obras como propriedades dos autores (aqueles que determinam o sentido verdadeiro, correto), buscando apresentar "o que o autor quis dizer", e não "o que o leitor entendeu".

Orlandi (2015a, p. 16), por sua vez, também faz essa crítica a respeito dessa busca pelo sentido do texto. Segundo a autora, diferentemente da análise de conteúdo, por não considerarmos a linguagem como transparente, na análise discurso, a questão colocada é "como esse texto significa?" e não "O que o autor quis dizer?".

Barthes (2004), ao questionar a posse do autor sob sua obra, afirma que esse prestígio conferido ao autor é efeito da ideologia capitalista e mostra seu descontentamento com a crítica literária da época que consolida esse discurso. Para Barthes, ao conferir ao texto um autor, fecha-se o texto a um sentido unívoco, partindo da busca em descobrir o autor para explicar a obra. E por esse motivo, em concordância com Marllamé, o autor afirma haver a necessidade de suprimir o autor em proveito da escritura, visto que é a linguagem que fala, acrescentando que "Uma vez afastado o Autor, a pretensão de 'decifrar' um texto se torna totalmente inútil." (BARTHES, 2004, p. 63).

Foucault em *O que é um autor* (2001 [1969]), ao considerar não ser mais essencial a discussão a respeito do apagamento do autor, tema que havia se tornado cotidiano para a crítica naquele momento, busca entender a forma como a função-autor é exercida, começando por analisar a relação do texto com o autor, isto é, a maneira como o texto aponta para a figura do autor, que, segundo Foucault (2001), lhe é aparentemente exterior e anterior.

Para Foucault (2001), a função-autor não é exercida constante e universalmente em todos os discursos, há textos, em nossa conjuntura sócio-histórica, que suportam o anonimato, e outros que, quando postos em mãos, a busca pelo nome do autor é imediata, como por exemplo, os textos literários em que a função-autor atua fortemente, mas, pontua Foucault (2001), que nem sempre foi assim, pois houve um tempo em que os textos literários eram aceitos e valorizados sem que fosse questionada a sua autoria, bastando apenas sua data verdadeira ou suposta como garantia.

A forma como entendemos a autoria, segundo Orlandi (2012a), parte da noção de autoria em Foucault (1996, p. 26), na medida em que estamos de acordo que o autor é "princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações", mas tem um alcance muito maior, pois a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio da autoria, desse modo, ele é necessário a qualquer discurso.

Orlandi (2012a, p. 81), retomando Foucault, afirma ser o princípio de autoria o que limita "o acaso do discurso 'pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu'". Dessa forma, a autora aponta para a possibilidade de compreender essa unidade que, segundo ela, se faz a partir da heterogeneidade e deriva do princípio da autoria como função enunciativa, sendo as funções enunciativas do sujeito falante: o locutor, o enunciador e o autor. A autora parte em sua reflexão da afirmação de que o texto é uma dispersão do sujeito[11], e por isso, ele ocupa posições diferentes no interior do mesmo texto. Para Orlandi (2012a), por o sujeito se representar de maneiras diversas em um mesmo espaço textual, a heterogeneidade é considerada como forte característica do universo discursivo.

Conforme Barthes (2004, p. 09), "Toda enunciação supõe o seu próprio sujeito, quer esse sujeito se exprima de maneira aparentemente direta, dizendo *eu*, quer direta, designando-se como *ele*, quer nula, recorrendo a formulações impessoais". Para o autor, o que muda é apenas o modo como o sujeito se constitui no discurso, e são, nas palavras do autor, "engodos puramente gramaticais".

Já de uma perspectiva enunciativa, Authier-Revuz (1990) critica algumas práticas teóricas que, mesmo estando ancoradas no exterior da linguística, tratam de modo ingênuo o sujeito e sua relação com a linguagem. Authier-Revuz (1990), ao

[11] Essa formulação parte de uma releitura da definição do sujeito como descontinuidade realizada por M. Foucault em Arqueologia do saber (1969).

contrário dessas abordagens “seduzidas” pela evidência de um sujeito “fonte e senhor de seu dizer”, propõe, a partir da problemática do dialogismo bakhtiniano e das reflexões produzidas por Lacan em sua releitura de Freud a respeito do sujeito e de sua relação com a linguagem, o que ela denomina heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso.

O discurso relatado pode se apresentar, conforme Authier-Revuz (1998), como discurso direto (DD), discurso direto livre (DDL), discurso indireto (DI) e discurso indireto livre (DIL), que são formas de heterogeneidade mostrada. O outro, constitutivo de todo discurso, se materializa sob modalidades diferentes, face a uma unicidade aparente do sujeito. Vejamos um recorte de *Ressurreição* (2008a [1872]) a seguir, em que temos bem marcada essa heterogeneidade enunciativa:

> Aqui podia acabar o romance muito natural e sacramentalmente, casando-se esses dois pares de corações e indo desfrutar a sua lua de mel em algum canto ignorado dos homens. Mas para isso, leitor impaciente, era necessário que a filha do coronel e o dr. Meneses se amassem, e eles não se amavam, nem se dispunham a isso. Uma das razões que desviavam da gentil menina os olhos de Menezes era que este trazia namorados da viúva. De admiração ou de amor? Foi de admiração primeiro, e depois de amor; coisa de que nem ele nem o autor do livro temos culpa. (ASSIS, [1872]2008a, grifo nosso, p. 273)

No recorte apresentado, ao falar da progressão da narrativa e dos caminhos que os personagens tomam nela, o locutor, que segundo Orlandi (2012a) é aquele que se apresenta na enunciação como um “eu” responsável pela enunciação realizada, cita a possibilidade de produzir um discurso romanesco (idealista) que é dominante e parafrástico, para marcar um deslocamento, que reafirma sua posição marcada no prólogo em “não quis fazer romances de costumes”.

Temos duas forças produzindo essa tensão entre o mesmo e o diferente, que produz uma mexida nos sentidos, que é parte do processo de constituição da discursividade realista em Machado de Assis. Sob a ilusão de uma correspondência direta entre linguagem, pensamento e mundo, o sujeito-autor se inscreve enquanto quem pode escriturar os sujeitos-personagens e suas relações sociais de forma realista, com seus defeitos e incoerências, como temos a seguir:

> Não se trata aqui de um caráter inteiriço, nem de um espírito lógico e igual a si mesmo; trata-se aqui de um homem complexo, incoerente e caprichoso, em quem se reuniam opostos elementos, qualidades exclusivas, e defeitos inconciliáveis. (ASSIS, [1872]2008a, p. 234)

Trata-se de um gesto de leitura que se contrapõe a discursividade literária dominante até aquele momento, em que se tem um herói igual a si mesmo e de caráter inteiriço, nas palavras do próprio autor. Considerando o romantismo, enquanto discursividade literária dominante, o autor pressupõe, pelas formações imaginárias, um leitor que se identifica com essa escritura, como podemos ver no recorte "Mas para isso, leitor impaciente, era necessário que a filha do coronel e o dr. Meneses se amassem, e eles não se amavam.", em que ele projeta a imagem de um leitor impaciente com os desencontros nas relações sociais criados em sua ficção.

Na parte em destaque de nosso recorte "coisa de que nem ele nem o autor do livro temos culpa.", temos esse eu-locutor afirmando que a forma como a narração progride não é culpa dos personagens, nem mesmo do autor do texto. Temos materializado no texto a figura do autor, como princípio de agrupamento do discurso, que se (con)funde com esse eu-locutor-autor responsável pela unidade do texto, também nomeado "narrador" nas teorias literárias. Essas marcas de dispersão do sujeito se materializam porque, de acordo com Orlandi (2012a, p. 101), "[...] o sujeito se representa de maneiras bastantes diversas num mesmo espaço textual. Isso nos leva a considerar a heterogeneidade como forte característica do universo discursivo."

Essas marcas, segundo Orlandi (2012a, p. 72), não podem ser tratadas "ao modo positivista" e/ou classificatório, visto que "[...] a relação entre elas e o que elas significam é tão indireta quanto é indireta a relação do texto com as suas condições de produção.". É preciso, portanto, compreender o funcionamento discursivo explicitado por essas marcas, a relação do autor com o texto, com a língua, com ele mesmo e com o leitor, e o gesto de interpretação que ele faz das relações político-sociais, materializado no seu texto, produzindo um efeito de real.

Ao observarmos o prólogo de *Ressurreição* (1872), começamos a perceber essa relação entre autor, crítica e leitor bem marcada em seu discurso, como podemos ver no recorte a seguir:

> Não sei o que deva pensar deste livro; ignoro sobretudo o que pensará dele o leitor. A benevolência com que foi recebido um volume de contos e novelas, que há dois anos publiquei, me animou a escrevê-lo. É um ensaio. Vai despretensiosamente às mãos da crítica e do público, que o tratarão com a justiça que merecer. (ASSIS, [1872]2008a, p. 232)

Apesar de formular, no prólogo de *Ressurreição* (1872): "ignoro sobretudo o que pensará dele o leitor", e ainda, "Vai despretensiosamente às mãos da crítica e do

público", o autor segue, como podemos ver no recorte apresentado a seguir, direcionando-se repetidamente à instituição:

> Ora pois, atrevo-me a dizer à boa e sisuda crítica, que este prólogo não se parece com esses prólogos. Venho apresentar-lhe um ensaio em gênero novo para mim, e desejo saber se alguma qualidade me chama para ele, ou se todas me faltam.
> [...]
> O que eu peço à crítica vem a ser - intenção benévola, mas expressão franca e justa.
> [...]
> A crítica decidirá se a obra corresponde ao intuito, e sobretudo se o operário tem jeito pra ela. (ASSIS, [1872]2008a, p. 232).

O recorte acima, que destacamos do prólogo de *Ressurreição* (1872), materializa a projeção imaginária que o autor, enquanto sujeito, tem de quem seriam seus leitores (leitura social e institucional) e de como suas produções seriam recebidas, no processo de circulação dos sentidos. É por isso que temos no prólogo um discurso direcionado mais para a crítica (instituição) do que para o leitor (social). A crítica, enquanto instituição, regula os arquivos literários. É ela que atualiza a memória institucionalizada, que legitima e que esquece, desse modo, o que a crítica tem a dizer, considerando as relações sociais, de força e de sentido, tem um efeito muito mais forte para o autor.

Esse desconforto do autor em relação a seu discurso, que parte de uma crítica ao que ele chama de romanesco se dá não só por ser, como ele mesmo afirma, "um ensaio em gênero novo" para ele, mas por ele projetar a imagem de um leitor que se identifica com a discursividade literária romântica (idealista), que era a dominante naquele momento.

Visto que o discurso é efeito de sentido entre locutores, conforme Orlandi (2015a), o sujeito, na função discursiva autor, estando afetado pelas exigências de ser coerente e considerando as relações de força e de sentidos, produz o efeito-leitor pelo mecanismo de antecipação. Sendo, conforme Orlandi (2015a, p. 18), o mecanismo de antecipação "a capacidade que todo locutor tem de colocar-se na posição de seu interlocutor experimentando essa posição e antecipando-lhe a resposta" Desse modo, vimos, com a discussão que fizemos até aqui, que a relação entre autor e leitor é parte fundamental para compreendermos como se dá esse processo metafórico-discursivo de uma discursividade literária para outra em Machado de Assis.

2.2 Antecipação e Argumentação

Considerando, como vimos anteriormente, que as relações de força e de sentido determinam a produção discursiva, seguiremos com as análises dos recortes que fizemos de *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1891), *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908). Com o objetivo de compreender como o político, isto é, as divisões provocadas pelas relações de força e de sentido determinam o processo de produção dessas textualidades literárias, observaremos como ocorreram deslocamentos de sentidos no processo de constituição da discursividade literária realista, assim como a relação que o sujeito, na posição-autor (literato), estabelece com a língua: como Machado de Assis a trabalhou e contribuiu para a formulação de um certo modo da língua.

Começamos com *Ressurreição* (1872), em que o sujeito autor, por meio da construção das personagens Félix, Lívia, Meneses e Raquel estabelece uma relação de oposição e de contraste entre o idealismo romanesco, forte característica do romantismo, e entre o racionalismo. Temos bem representada essa relação de oposição no recorte abaixo, em que Félix, ao se entregar à "contemplação de alguma quimera" se sente envergonhado. Vejamos o recorte abaixo:

> Félix embebeu os olhos no horizonte e ficou largo tempo imóvel e absorto, como se interrogasse o futuro ou resolvesse o passado. Depois, fez um gesto de tédio, e, <u>parecendo envergonhado de se ter entregue à contemplação interior de alguma quimera, desceu rapidamente à prosa</u>, acendeu um charuto, e esperou tranquilamente a hora do almoço. (ASSIS, grifos nossos, [1872]2008a, p. 233)

Temos a "contemplação interior de alguma quimera" sendo significada como algo vergonhoso, estabelecendo uma relação de contraste com "prosa". O que nos remete a relação de oposição entre prosa e verso que veremos estabelecida nos recortes de *Quincas Borba* (1891) no decorrer de nossa análise. Dessa forma, Félix, como personagem construído para representar o racional em oposição ao idealismo romântico, ao se deparar com "os olhos no horizonte" em largo tempo, entregue a alguma quimera sente-se envergonhado, o que nos leva a análise do próximo recorte, em que a personagem Lívia conta a ele, em um outro momento, como era o seu relacionamento com seu marido, em seu primeiro casamento. Vejamos:

> Amava-me, creio, mas não entendíamos o amor do mesmo modo; tal foi o meu doloroso e tardio desencanto. Para mim era um êxtase divino, uma espécie de sonho em ação, uma transfusão absoluta de alma para alma; para ele o amor era um sentimento moderado, regrado, um pretexto conjugal, sem ardores, sem asas, sem ilusões... Erraríamos ambos, quem sabe?
> - Vejo que eram incompatíveis - interrompeu Félix -; mas, por que exigir de todos essa maneira de ver e sentir, que é mais da imaginação que da realidade? (ASSIS, grifos nossos, [1872]2008a, p. 268)

No recorte acima, temos uma outra relação de contraste estabelecida, desta vez, entre as personagens Lívia e seu falecido marido, como podemos ver em: "Para mim era um êxtase divino, uma espécie de sonho [...]" e "para ele o amor era um sentimento moderado, regrado, um pretexto conjugal, sem ardores, sem asas, sem ilusões...". Seguindo com a pergunta/argumentação de Félix, personagem mais racional: "mas, porque exigir de todos essa maneira de ver e sentir, que é mais imaginação que da realidade?".

Vejamos um outro recorte interessante para compreender essa contraposição em relação ao romantismo, a seguir:

> Dez anos volveram sobre os acontecimentos deste livro, longos e enfastiados para uns, ligeiros e felizes para outros, que é a lei uniforme desta mofina sociedade humana.
> Ligeiros e felizes foram eles para Raquel e Meneses, que eu tenho a honra de apresentar ao leitor, casados, e amantes ainda hoje. (ASSIS, grifo nosso, [1872]2008a, p. 306)

Raquel, personagem que representa a utopia, o idealismo, o romanesco se apaixona por Félix em determinado ponto da narrativa, mas acaba se casando com Meneses. Com o desfecho da narrativa, Raquel e Meneses, após dez anos, são apresentados como casados e felizes, como podemos ver em: "[...] eu tenho a honra de apresentar ao leitor, casados, e amantes ainda hoje." (ASSIS, [1872]2008a, p. 306).

O desfecho construído pelo autor já produz um deslocamento, produzindo o efeito de real das relações humanas, em que nem todos têm um final agradável, podendo ser "longo e enfastiados para uns, ligeiros e felizes para outros", sendo este o real da "mofina sociedade humana".

É nesse sentido que temos, por outro lado, Lívia e Félix com seus desfechos "longos e enfastiados. Lívia, que "soube isolar-se na sociedade. Ninguém mais a viu no teatro, na rua, ou em reuniões. Suas visitas são poucas e íntimas. Dos que a conheceram outrora, muitos a esqueceram mais tarde; alguns a desconheceriam agora." (ASSIS, [1872]2008a, p. 306)

É ainda nessa relação de oposição ao romantismo que o autor formula o que segue abaixo, como um possível desfecho para a personagem dentro do que outrora foi dominante no discurso literário:

> No tempo em que os mosteiros andavam nos romances - como refúgio dos heróis, pelo menos -, a viúva acabaria os seus dias no claustro. A solidão da cela seria o remate natural da vida, e como a olhos profanos não seria dado devassar o sagrado recinto, lá a deixaríamos sozinha e quieta, aprendendo a amar a Deus e a esquecer os homens. (ASSIS, grifos nossos, [1872]2008a, p. 306)

E Félix, que é colocado como "essencialmente infeliz", visto que "A natureza o pôs nessa classe de homens pusilânimes e visionários [...] não podendo alcançar nunca as afeições íntimas, duráveis e consoladoras, pois "o seu coração, se ressurgiu alguns dias, esqueceu na sepultura o sentimento da confiança e a memória das ilusões. (ASSIS, [1872]2008a, p. 307).

Em *A mão e a luva* (1874) temos as personagens Estevão, Guiomar, a baronesa Mrs. Oswald, Luís Alves e Jorge. A construção da narrativa traz Estevão, Jorge e Luís Alves como pretendentes de Guiomar e com características bastante distintas. Mrs. Oswald que é, na narrativa, madrinha de Guiomar e quem a criou desde a morte de sua mãe, almeja vê-la casada com Jorge, seu sobrinho. Entretanto, Guiomar escolhe Luís Alves, que é ambicioso, assim como ela. Vejamos alguns recortes:

> Estêvão, dotado de extrema sensibilidade e não menor fraqueza de ânimo, afetuoso e bom, não daquela bondade varonil, que é apanágio de uma alma forte, mas dessa outra bondade mole e de cera, que vai à mercê de todas as circunstâncias, tinha, além de tudo isso, o infortúnio de trazer ainda sobre o nariz os óculos cor-de-rosa de suas virginais ilusões. (ASSIS, grifos nossos, [1874]2008b, p. 312)

Neste primeiro recorte, temos a apresentação de Estevão, como sensível, afetuoso e bondoso. Em "tinha, além de tudo isso o infortúnio de trazer ainda sobre o nariz os óculos cor-de-rosa de suas virginais ilusões." grifado no recorte acima, temos o romanesco, ou seja, o idealismo, representado pelas formulações "óculos cor-de-rosa" e "virginais ilusões" associado a algo negativo "infortúnio", novamente estabelecendo uma relação de oposição ao idealismo/romantismo.

Vejamos o próximo recorte:

> Estêvão referira ao amigo, desde tempos, toda a história do amor, agora malogrado, suas esperanças, desalentos e glórias, e, enfim, o inesperado desfecho. O pobre rapaz, que folheava o capítulo mais delicioso do romance

> - no sentir dele -, caiu de toda a altura das ilusões na mais dura, prosaica e miserável realidade. (ASSIS, grifos nossos, [1874]2008b, p. 312)

Temos no recorte acima, de um lado, realidade, prosa e miséria em contraposição a delicioso romance, altura e ilusões. Estevão que se encontrava, no "mais delicioso capítulo de romance", com o término, cai na "mais dura, prosaica e miserável realidade" quando Guiomar pede-lhe para que esqueça da possibilidade de um namoro a distância, visto que ele acabava de comunicar a ela que iria morar em São Paulo. Estevão, ao contar sobre seu "infortúnio" a Luís Alves, personagem descrito como ambicioso, capaz de moderar, reger e guiar as circunstâncias a seu interesse, ou seja, racional, ele, como podemos ver no recorte a seguir, recebe de Luís a seguinte resposta:

> - Pois quanto a mim - disse Luís Alves ouvindo pela terceira vez a narração de tão cru desenlance -, quanto a mim, obedecia-lhe pontualmente; esquecia-me disso e ia curar-me em cima dos compêndios; Direito Romano e Filosofia, não conheço remédio melhor para tais achaques. (ASSIS, grifos nossos, [1874]2008b, p. 313)

Anteriormente ao ensino universitário no Brasil que se estabeleceu a partir da década de 1930, a personagem Luís Alves, refere-se ao estudo de Direito Romano e Filosofia realizado nas academias que direcionavam homens, em sua maioria, para a vida política. Sendo este o desfecho dado a Luís Alves, advogado e com a vida pública entrando em cheio "na estrada que leva os fortes à glória" (ASSIS, [1874]2008b, p. 361). Os compêndios, é colocado por meio do personagem, como o melhor remédio para tais achaques, produzindo o efeito de valorização do que é científico, racional.

Como temos discutido neste trabalho, ao pensarmos a constituição da discursividade literária realista, pensamos no processo discursivo que se desenvolve sobre a língua, nos deslocamentos/deslizes de sentidos que produzem a metáfora (uma discursividade por outra). São essas questões que buscamos compreender com a análise dessas textualidades.

É nesse sentido que, temos em: "Mas ali, ao pé daquele coração juvenil e impaciente, cada minuto parecia, não direi um século - seria abusar dos direitos do estilo - mas uma hora, uma hora lhe parecia, com certeza." (ASSIS, [1874]2008b, p. 319), quando Estevão reencontra Guiomar, uma formulação interessante para se analisar essas questões colocadas.

O autor apresenta ao leitor formulações possíveis para uma formação discursiva romântica, com seus exageros e idealismos, marcando seus

deslocamentos ao jogar com a relação de tensão entre o mesmo e o diferente. Ao formular “não direi um século, seria abusar dos direitos do estilo” traz o idealismo, o exagero, como um discurso outro, para negá-lo. Isso porque conforme Indursky (2013, destaques da autora, p. 239) “Aparentemente, o discurso do *outro* faz parte do *não dizível*. No entanto, sabemos que não é possível conceber um discurso de modo isolado.”.

Para a autora, um discurso sempre está em relação a outros discursos, sendo ele, dessa forma, heterogêneo, por constitutivamente sempre comportar outros discursos em seu interior. E no caso do recorte que estamos analisando, temos a relação de contraposição, face ao isso fala da heterogeneidade constitutiva, que neste recorte se apresenta marcadamente como heterogeneidade mostrada. Conforme Authier-Revuz (1980), essas formas marcadas de heterogeneidade mostrada reforçam, confirmam e asseguram esse ‘eu’, por uma especificação de identidade, dando corpo ao discurso pela forma, pelo contorno; e dando ao sujeito enunciador pela posição e atividade metalinguística que encenam, como podemos ver em “não direi um século - seria abusar dos direitos do estilo”. A relação do sujeito-autor com a língua “estilo” é ideologicamente determinada.

É trabalhando essa tensão entre o mesmo e o diferente, que vai se constituindo uma outra discursividade. Representando no discurso literário, por meio das personagens, lugares discursivos, como vimos anteriormente a descrição de Estevão, de Luís Alves, e no recorte abaixo temos a de Guiomar:

> A imaginação dela porém não era doentia, nem romântica, nem piegas, nem lhe dava para ir colher flores em regiões selváticas ou adormecer à beira de lagos azuis. Nada disso era nem fazia; e por mais longe que velejasse levaria entranhadas na alma as lembranças da terra. (ASSIS, grifos nossos, [1874]2008b, p. 342-343)

Dessa forma, estando Guiomar representando um lugar discursivo diferente do romantismo, pelo funcionamento discursivo da negação “não era doentia, nem romântica, nem piegas, nem lhe dava para ir colher flores...” ela representa o deslocamento para um lugar discursivo mais racional, como vemos em: “por mais longe que velejasse levaria entranhadas na alma as lembranças da terra”.

No desfecho dado pelo autor, Guiomar escolhe Luís Alves para ser seu marido, visto que: “Estevão dera-lhe a vida sentimental, - Jorge a vida vegetativa; em Luís Alves via ela combinadas as afeições domésticas com o ruído exterior. (ASSIS, [1874]2008b, p. 361-362)”. Quanto a Estevão, de acordo com o autor,

> Um leitor perspicaz, como eu suponho que há de ser o leitor deste livro, dispensa que eu lhe conte os muitos planos que ele teceu, diversos e contraditórios, como é de razão em análogas situações. Apenas direi por alto que ele pensou três vezes em morrer, duas em fugir à cidade, quatro em ir afogar a sua dor mortal naquele ainda mais mortal pântano de corrupção em que apodrece e morre tantas vezes a flor da mocidade. (ASSIS, grifos nossos, [1874]2008b, p. 347)

Temos, até aqui, sentidos sendo produzidos como argumentos e, conforme Orlandi (2020), a argumentação, para nós da análise de discurso, é ideologicamente estruturada. Quando pensamos a argumentação na perspectiva discursiva, segundo Orlandi (1998), pensamos os sujeitos, o político, a história e a ideologia, isto é, o discurso.

De acordo com Orlandi (2020), "A argumentação se funda no mecanismo de antecipação, produzindo uma relação de sentidos em que se inscreve a relação de forças." A autora ainda afirma que "ela se dá em certas condições que mobiliza a articulação de formações discursivas diferentes". Foi o que vimos nessas duas primeiras textualidades analisadas, o sujeito autor, trabalhando, essencialmente, nessa articulação entre o idealismo e o racionalismo. Por meio da projeção imaginária que ele faz de como o seu leitor interpreta seu discurso, ele projeta a imagem de "um leitor perspicaz" que dispensaria os "muitos planos que ele teceu".

É o que temos em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), primeiro romance considerado realista, ao iniciar com a formulação:

> Acresce que a gente grave achará no livro umas aparências de puro romance, ao passo que a gente frívola não achará nele o seu romance usual; ei-lo aí fica privado da estima dos graves e do amor dos frívolos, que são as duas colunas máximas da opinião. (ASSIS, 2008d, p. 599).

Por meio da antecipação, o autor prevê dois leitores possíveis: os graves e os frívolos. Temos funcionando um jogo imaginário, em que os leitores denominados graves, "achará no livro umas aparências de puro romance" e os frívolos "não achará nele o seu romance usual". O autor projeta, pela imagem que o sujeito-autor faz de seu texto, a possibilidade de não agradar nenhum dos seus leitores possíveis, pela imagem que ele faz da imagem que seu interlocutor faz dele, Orlandi (2015a).

Temos em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), um deslocamento significativo no processo discursivo que foi lido/interpretado como o ponto de ruptura com o discurso romântico, e institucionalizado como o primeiro romance realista.

> Agora, porém, que estou cá do outro lado da vida, posso confessar tudo: o que me influiu principalmente foi o gosto de ver impressas nos jornais, mostradores, folhetos, esquinas, e enfim nas caixinhas do remédio, estas três palavras: Emplasto Brás Cubas. Para que negá-lo? Eu tinha a paixão do arruído, do cartaz, do foguete de lágrimas. Talvez os modestos me arguam esse defeito; fio, porém, que esse talento me hão de reconhecer os hábeis. (ASSIS, [1881]2008d, p. 601)

Da perspectiva discursiva, que é com a qual estamos trabalhando, não pensamos as discursividades literárias romântica e realista como duas fases sucessivas. Trata-se de uma alternância, isto é, do batimento entre memória e atualidade em que a discursividade literária romântica, apesar de não ser mais a dominante, continua co-existindo, e determinando sentidos. É por isso que tomamos o texto como heterogêneo. Em uma mesma textualidade literária podemos identificar enunciados filiados a diferentes formações discursivas.

No recorte acima, o locutor se apresenta como um defunto-autor, produzindo um "deslocamento das regras", conforme Orlandi (2015a), e suscitando a formulação de sentidos outros, estimulando o processo criativo, isto é, polissêmico, intervindo no trabalho que o sujeito-autor realiza com a língua. O efeito de sentido de confissão, constrói um espaço que traz o não dizível da discursividade literária romântica para a ordem do dizível, como podemos ver no recorte abaixo:

> Era fixa a minha idéia, fixa como... Não me ocorre nada que seja assaz fixo nesse mundo: talvez a lua, talvez as pirâmides do Egito, talvez a finada dieta germânica. Veja o leitor a comparação que melhor lhe quadrar, veja-a e não esteja daí a torcer-me o nariz, só porque ainda não chegamos à parte narrativa destas memórias. Lá iremos. Creio que prefere a anedota à reflexão, como os outros leitores, seus confrades, e acho que faz muito bem. Pois lá iremos. Todavia, importa dizer que este livro é escrito com pachorra, com a pachorra de um homem já desafrontado da brevidade do século [...]. (ASSIS, [1881]2008d, p. 603)

E também em:

> Que me conste, ainda ninguém relatou o seu próprio delírio; faço-o eu, e a ciência mo agradecerá. Se o leitor não é dado à contemplação destes fenômenos mentais, pode saltar o capítulo; vá direito à narração. Mas, por menos curioso que seja, sempre lhe digo que é interessante saber o que se passou na minha cabeça durante uns vinte a trinta minutos. (ASSIS, [1881]2008d, p. 606)

Em ambos os recortes temos novamente funcionando o mecanismo da antecipação, projetando imaginariamente um leitor que não receberia bem as "reflexões" realizadas por ele e a demora em partir para a "narrativa", como podemos ver no primeiro recorte: "não esteja daí a torcer-me o nariz, só porque ainda não

chegamos à parte narrativa destas memórias.", e ainda em: "Creio que prefere a anedota à reflexão".

Conforme Orlandi (2015a, p. 37), o mecanismo de antecipação regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que ele pensa em produzir. É nesse sentido que o autor, como podemos ver no primeiro recorte: "este livro é escrito com pachorra, com a pachorra de um homem já desafrontado da brevidade do século"., justifica, pelo funcionamento da argumentação, a forma como ele se apresenta no discurso. Para Orlandi (2015a), a partir dessas projeções imaginárias, o autor pode estabelecer uma relação com o leitor que pode variar projetando nele desde a imagem de um leitor cúmplice de seu dizer a até mesmo de um adversário absoluto.

Nessa textualidade literária em análise, o eu-locutor se representa no discurso numa relação de confronto com o leitor, chamando-o de frívolo, como vimos anteriormente. Ou ainda, como temos no segundo recorte, sugerindo que ele pule o capítulo, caso não esteja satisfeito com sua escrita "reflexiva", como podemos ver em: "se o leitor não é dado à contemplação destes fenômenos mentais, pode saltar o capítulo; vá direto à narração.".

Vejamos o próximo recorte:

> E vejam agora com que destreza, com que arte faço eu a maior transição deste livro. Vejam: o meu delírio começou em presença de Virgília; Virgília foi o meu grão pecado da juventude; não há juventude sem meninice; meninice supõe nascimento; e eis aqui como chegamos nós, sem esforço, ao dia 20 de outubro de 1805, em que nasci. Viram? Nenhuma juntura aparente, nada que divirta a atenção pausada do leitor: nada. De modo que o livro fica assim com todas as vantagens do método, sem a rigidez do método. (ASSIS, [1881]2008d, p. 610)

Temos no recorte acima, o autor se apresentando em seu discurso como aquele que organiza seu texto e faz as transições de um tema para outro com destreza, objetivamente, "de modo que o livro fica assim com todas as vantagens do método, sem a rigidez do método". Vemos, neste recorte, funcionar o que Authier-Revuz (1990) comenta sobre o sujeito enunciador ser capaz de se colocar em uma posição exterior de observação, como utilizador e dono de seu pensamento se apresentando como uma espécie de juiz, "comentador de seu próprio dizer". Este é também o modo de funcionamento do recorte abaixo, em que o autor se dirige para o leitor e afirma:

> Já agora não digo o que pensei dali até Lisboa, nem o que fiz em Lisboa, na península e em outros lugares da Europa, da velha Europa, que nesse tempo parecia remoçar. Não, não direi que assisti às alvoradas do romantismo, que também eu fui fazer poesia efetiva no regaço da Itália; não direi coisa nenhuma.Teria de escrever um diário de viagem e não umas memórias, como estas são, nas quais só entra a substância da vida. (ASSIS, [1881]2008d, p. 628)

No recorte, o autor coloca o que é dizível na discursividade literária romântica no espaço do não dizível, com a argumentação de que em seu texto somente entra "a substância da vida", produzindo, assim um efeito de objetividade, efeito de sentido este também produzido no recorte abaixo:

> [...] deixei tudo e disparei como uma bala na direção do Rio de Janeiro. Vim... Mas não; não alonguemos este capítulo. Às vezes, esqueço-me a escrever, e a pena vai comendo papel, com grave prejuízo meu, que sou autor. Capítulos compridos quadram melhor a leitores pesadões; e nós não somos um público in-folio, mas in-12, pouco texto, larga margem, tipo elegante, corte dourado e vinhetas... principalmente vinhetas... Não, não alonguemos o capítulo. (ASSIS, [1881]2008d, p. 629)

Essas construções discursivas nos permite compreender o movimento de sentidos, isto é, a desestruturação-reestruturação nos trajetos discursivos no processo de constituição da discursividade literária realista. As formações discursivas às quais o sujeito-autor está individuado determinam a relação do sujeito-autor com a língua, a forma como ele formula seu discurso é ideologicamente determinada. Desse modo, o efeito de objetividade inscritos nessas textualidades que estamos analisando se dá, ao lado do efeito de real que também vem sendo produzido, por filiação à formação discursiva racionalista.

De acordo com Orlandi (2012a, p. 105), "[...] para que o sujeito se coloque como autor, ele tem de estabelecer uma relação com a exterioridade, ao mesmo tempo em que ele se remete à sua própria interioridade. Para autora, é assim que ele, o sujeito, constrói assim sua identidade como autor. A posição autor, com suas exigências de coerência e reponsabilidade pelo texto, produz um efeito imaginário do texto como unidade, com começo, meio e fim, não contradição etc. Por outro lado, tomando o texto como discurso, temos o sujeito que pode inscrever no texto que produz, as várias posições-sujeito que ele pode tomar na sociedade. Além da posição de autor, vemos, no recorte acima, marcas de uma outra posição, a posição tipógrafo.

Conforme afirmamos anteriormente, no processo de constituição de uma discursividade, temos o batimento entre memória e atualidade, e a tensão entre paráfrase (o mesmo) e a polissemia (o diferente), dessa forma, apesar de o discurso

romântico não ser mais o dominante, ele não deixa de existir e continua a determinar os sentidos, mesmo que pelo modo da negação, como vemos no recorte de *Quincas Borba* (1891):" O convite era poético, mas só o convite. Rubião ia devorando a moça com olhos de fogo, e segurava-lhe uma das mãos para que ela não fugisse. Nem os olhos nem o gesto tinham poesia nenhuma." (ASSIS, [1891]2008e, p. 767). Trabalha com esses sentidos outros pela negação, se formula "o convite era poético", em referência ao idealismo e em seguida, pelo mecanismo de antecipação, formula a adversativa "mas só o convite" redirecionando o leitor e finalizando com: "nem os olhos, nem o gesto tinha poesia nenhuma".

No recorte "Aquela era a própria cabeça do nosso amigo; esta não se compunha de deusas nem de versos, mas de gente humana e prosa de sala. (ASSIS, [1891]2008e, p. 808), temos novamente essa relação de contraposição ao idealismo, colocando "deusas" em oposição a "gente humana" e "versos" em oposição a "prosa".

O sujeito-autor projeta, nessa textualidade, a imagem de um leitor desorientado, que facilmente se deixaria levar pelo discurso romântico, idealista e inverrossímil, como vimos em "o convite era poético, mas só o convite" e como veremos no próximo recorte:

> ...ou, mais propriamente, capítulo em que o leitor, desorientado, não pode combinar as tristezas de Sofia com a anedota do cocheiro. E pergunta confuso – Então a entrevista da Rua da Harmonia Sofia, Carlos Maria, esse chocalho de rimas sonoras e delinquentes é tudo calúnia? Calúnia do leitor e do Rubião, não do pobre cocheiro que não proferiu nomes, não chegou sequer a contar uma anedota verdadeira. É o que terias visto, se lesses com pausa. Sim, desgraçado adverte bem que era inverossímil que um homem, indo a uma aventura daquelas, fizesse parar o tílburi diante da casa pactuada. Seria pôr uma testemunha ao crime. Há entre o céu e a terra muitas mais ruas do que sonha a tua filosofia,- ruas transversais, onde o tilburi podia ficar esperando. (ASSIS, [1891]2008e, p. 827)

Ao projetar essa imagem, o autor realiza um jogo com o leitor, que ele pensa ser desorientado, e que ao ser interpelado pelo discurso da ficção, do literário e principalmente do romantismo idealista, não questionaria aquilo que não se parece real ou racional.

Esse efeito de real é produzido no recorte abaixo, em que o autor faz comentários sobre a organização de seu texto, e a divisão dos capítulos.

> Ainda não disse - porque os capítulos atropelam-se debaixo da pena -, mas aqui está um para dizer que, por aquele tempo, as relações de Rubião tinham crescido em número. Camacho pusera-o em contacto com muitos homens políticos, a comissão das Alagoas com várias senhoras, os bancos e companhias com pessoas do comércio e da praça, os teatros com alguns

> frequentadores, e a rua do Ouvidor com toda a gente. (ASSIS, [1891]2008e, p. 853)

É o que falamos anteriormente, sobre o sujeito-autor se colocar no texto, nas palavras de Authier-Revuz, como “comentador de seu próprio dizer”, seguindo o real curso de seu pensamento na sua escrita. Um pensamento objetivo, claro e racional, que materializa um texto também objetivo, racional e organizado, com capítulos curtos e diretos “São perguntas demais para um só capítulo [...]” (ASSIS, [1891]2008e, p. 856).

A textualidade literária *Esaú e Jacó* (1904) se desenvolve em torno das personagens Pedro e de Paulo, descritos como gêmeos idênticos fisicamente, mas opostos quanto a suas posições político-ideológicas. Pedro e Paulo, nessa textualidade, representam formações ideológicas distintas em tensões no Brasil na segunda metade do século XIX no contexto imediato do acontecimento político - Proclamação da República, como podemos ver no recorte a seguir:

> Seja como for, venceu-se a campanha. O que é preciso é não deixar esfriar o ferro, batê-lo sempre, e renová-lo. Deodoro é uma bela figura. Dizem que a entrada do marechal no quartel, e a saída, puxando os batalhões, foram esplêndidas. Talvez fáceis demais; é que o regime estava podre e caiu por si...
> Enquanto a cabeça de Paulo ia formulando essas idéias, a de Pedro ia pensando o contrário; chamava ao movimento um crime.
> - Um crime e um disparate, além de ingratidão; o imperador devia ter pegado os principais cabeças e mandá-los executar. Infelizmente as tropas iam com eles. Mas nem tudo acabou. Isto é fogo de palha; daqui a pouco está apagado, e o que era antes torna a ser. [...] Amanhã é tempo; por ora tudo são flores. Há ainda um punhado de homens...
> A reticência final dos discursos de ambos quer dizer que as ideias se iam tornando esgarçadas, nevoentas e repetidas, até que se perderam e eles dormiram" (ASSIS, [1904]2008g, p. 1135)

Trata-se de uma mesma textualidade em que podemos, conforme Orlandi (2012a), encontrar enunciados de discursos diferentes, que derivam de distintas formações discursivas. Temos um autor, buscando sempre se antecipar quanto às possíveis interpretações que o leitor pode fazer de seu texto, como se pudesse ter algum domínio sobre isso, justificando que as reticências não estariam em seu texto produzindo um efeito subjetivo, pelo contrário, ela representa o real do pensamento humano quando se está com sono.

Por meio desse mesmo mecanismo de antecipação, o autor projeta a imagem de um leitor perspicaz, que antes “desorientado”, depois de ser pego em seu jogo de sentidos em *Quincas Borba* (1891) estaria, agora, em alerta quanto àquilo que não se parece real ou racional. É nesse sentido que ele formula:

> Um bom autor, que inventasse a sua história, ou prezasse a lógica aparentemente dos acontecimentos, levaria o casal Santos a pé ou em caleça de praça ou de aluguel; mas eu, amigo, eu sei como as coisas se passaram, e refiro-as tais quais. Quando muito, explico-as, com a condição de que tal costume não pegue. Explicações comem tempo e papel, demoram a ação e acabam por enfadar. O melhor é ler com atenção. (ASSIS, [1904]2008g, p. 1054)

Neste recorte, o autor se representa em seu discurso como aquele que se compromete com o real dos acontecimentos, mesmo que pareça fugir da lógica, do racional. Produzindo, assim, pela modalização, que Authier-Revuz (1994) define como 'costura aparente' sobre o tecido do dizer, o efeito de real.

Vejamos os recortes abaixo:

> Se não fosse a necessidade de pôr os meninos em pé, crescidos e homens, espraiava este capítulo. [...] Quando era o sono, cada um levava o seu menino ao berço, e ia cuidar de outra coisa. Este cotejo dar-me-ia três ou quatro páginas sólidas. (ASSIS, [1904]2008g, p. 1069);
>
> Uma página bastava para os chocalhos que embelezavam os pequenos, como se fosse a própria música do céu.[...]
> A operação de desmamar podia fazer-se em meia linha, mas as lástimas das amas, as despedidas, as bichas de ouro que a mãe deu a cada uma delas, como um presente final, tudo isso exigia uma boa página ou mais. Poucas linhas bastariam para as amas-secas [...]
> Tudo isso restrinjo só para não enfadar a leitora curiosa de ver os meus meninos homens e acabados. Vamos vê-los, querida. Com pouco, estão crescidos e fortes. Depois, entrego-os a si mesmos; eles que abram a ferro ou língua, ou simples cotovelos, o caminho da vida e do mundo. (ASSIS, [1904]2008g, p. 1069-1070); e
>
> Eram sadios; excetuadas a crise dos dentes, não tiveram moléstia alguma, porque eu não conto uma ou outra indigestão de doces, que os pais lhes davam, ou eles tiravam às escondidas. (ASSIS, [1904]2008g, p. 1070)

Os recortes acima produzem o efeito de objetividade. O autor se coloca no seu discurso como aquele que o organiza, deixando-o mais objetivo, direto, narrando resumidamente o crescimento dos gêmeos, restringindo acontecimentos insignificantes para essa discursividade realista que se interessa a narrar fatos histórico-políticos e temas que possibilitam alguma reflexão do real.

Sendo o real irrepresentável e as reflexões sobre a "substância da vida" complexas, temos a formulação:

> "Unicamente, - e aqui toco o ponto escabroso do capitulo, - achou cá alguma coisa indefinível que não sentira lá; em compensação sentiu lá outra que não se lhe deparou cá. Indefinível, não esqueças. E escabroso porque nada há pior que falar de sensações sem nome. Crede-me, amigo meu, e tu, não menos amiga minha, crede-me que eu preferia contar as rendas do roupão da moça, os cabelos apanhados atrás, os fios do tapete, as tábuas do teto e

> por fim os estalinhos da lamparina que vai morrendo... Seria enfadonho, mas entendia-se. (ASSIS, [1904]2008g, p. 1153)

O autor faz referência ao discurso romântico colocando-o novamente em oposição ao realista, significando o romantismo como enfadonho, porém de fácil entendimento e de fácil escrita. Por outro lado, falar das sensações sem nome, indefiníveis, porém reais, é significado como escabroso, e não há nada pior. Esse recorte produz o mesmo efeito de sentido que um outro de a mão e a luva faz "muito melhor contentar-se com a realidade; se ela não é brilhante como os sonhos, tem pelo menos a vantagem de existir. (ASSIS, [1874]2008b, p. 332)

Em *Memorial de Aires* (1908) temos esses mesmos efeitos de sentidos sendo produzidos, com a diferença de que essa textualidade é produzida com estrutura de um memorial, organizado por datas, e produzindo um efeito-leitor diferente das demais textualidades analisadas. Vejamos o recorte a seguir:

> Eia, resumamos hoje o que ouvi ao desembargador em Petrópolis acerca do casal Aguiar. Não ponho os incidentes, nem as anedotas soltas, e até excluo os adjetivos que tinham mais interesse na boca dele do que lhes poderia dar a minha pena; vão só os precisos à compreensão de coisas e pessoas. (ASSIS, [1908]2008h, p. 1206)

Temos novamente a produção do efeito de objetividade, que nesse momento do processo discursivo é o dominante. Tanto o efeito de objetividade como o efeito de real, passaram a constituir um espaço de dizer, isto é, produziu-se diferentes formulações que produziram os mesmos efeitos. Na tensão entre as formações discursivas, os efeitos de sentidos produzidos por filiação ao racionalismo, realismo se estabilizaram, ou seja, se tornaram dominantes no discurso, deixando de ser polissemia (diferente) e passando a ter um funcionamento parafrástico (repetição).

Temos, nessa textualidade, um funcionamento parecido com o funcionamento que analisamos em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881). Em Memórias póstumas de Brás Cubas temos um autor que se apresenta como defunto-autor, e por estar narrando os acontecimentos de sua vida após sua morte pode colocar no espaço do dizível "a verdade íntima e pura" visto que "ninguém nos lê", produzindo, assim, o efeito de real.

> Está claro que lhe não falei da filha, mas confesso que se pudesse diria mal dela, com o fim secreto de acender mais o ódio — e tornar impossível a reconciliação. Deste modo ela não iria daqui para a fazenda, e eu não perderia o meu objeto de estudo. Isto, sim, papel amigo, isto podes aceitar, porque é a verdade íntima e pura, e ninguém nos lê. Se alguém lesse achar-

> me-ia mau, e não se perde nada em parecer mau; ganha-se quase tanto como em sê-lo. (ASSIS, [1881]2008h, p. 1215)

O autor se apresenta compromissado com a verdade, com a descrição do real, formulando: "Faria, apesar do dia e da festa, ria mal, ria sério, ria aborrecido, não acho forma de dizer que exprima com exação a verdade." (ASSIS, [1881]2008h, p. 1260), dado que o real é irrepresentável.

De acordo com Orlandi (2012b, p. 61), a função-autor tem seu duplo no efeito-leitor (leitor virtual), relação esta que se constitui na materialidade do texto pelo mecanismo de antecipação em que o sujeito-autor se projeta imaginariamente no lugar em que o outro o escuta. Em Memorial *de Aires* (1908) é produzido um efeito-leitor diferente das outras textualidades analisadas até aqui. Vejamos:

> Papel, amigo papel, não recolhas tudo o que escrever esta pena vadia. Querendo servir-me, acabarás desservindo-me, porque se acontecer que eu me vá desta vida, sem tempo de te reduzir a cinzas, os que me lerem depois da missa de sétimo dia, ou antes, ou ainda antes do enterro, podem cuidar que te confio cuidados de amor.
> Não, papel. Quando sentires que insisto nessa nota, esquiva-te da minha mesa, e foge. A janela aberta te mostrará um pouco de telhado, entre a rua e o céu, e ali ou acolá acharás descanso. Comigo, o mais que podes achar é esquecimento, que é muito, mas não é tudo; primeiro que ele chegue, virá a troça dos malévolos ou simplesmente vadios.
> Escuta, papel. O que naquela dama Fidélia me atrai é principalmente certa feição de espírito, algo parecida com o sorriso fugitivo, que já lhe vi algumas vezes. Quero estudá-la se tiver ocasião. Tempo sobra-me, mas tu sabes que é ainda pouco para mim mesmo, para o meu criado José, e para ti, se tenho vagar e quê, — e pouco mais. (ASSIS, [1881]2008h, p. 1214)

É ao papel a quem o autor se dirige e o define como amigo, pedindo-lhe que modere sua escrita evitando os excessos e o que não é objetivo, como vemos em: "quando sentires que insisto nessa nota, esquiva-se da mesa, e foge".

A análise desses recortes que fizemos dessas textualidades foi realizada com o objetivo de compreender como se deu o processo de constituição da discursividade realista em Machado de Assis. Vimos que o modo de funcionamento desse discurso é o da argumentação, Orlandi (2020). A constituição da discursividade literária realista se deu pelo jogo argumentativo instaurado por meio da antecipação, mecanismo produzido pelas relações de força e de sentido e pelas projeções imaginárias.

Pudemos, com essas análises, compreender que os deslocamentos de sentidos no processo de constituição da discursividade literária realista se deu de duas maneiras básicas: a) na tensão entre memória e atualidade, que está relacionada às condições de produção no sentido lato (o racionalismo) e estrito (acontecimentos histórico-políticos); e b) na tensão entre paráfrase (idealismo) e polissemia

(racionalismo), produzindo o efeito de contrastividade, oposição entre as duas discursividades literárias, a romântica e a realista.

Discursivamente, segundo Orlandi (2017, p. 105), “o que caracteriza o acontecimento não é a temporalidade, a cronologia, mas a relação entre o estabilizado e o sujeito a equívoco, que não se separam de forma estanque [...]”, foi por isso que em nossa análise observamos que mesmo os efeitos de sentido de real e de objetividade se tornarem dominantes, ainda tínhamos o discurso romântico determinando a produção de sentidos, mesmo que pela negação ou pelo contraste.

Como dissemos, a relação do sujeito autor com a língua é ideologicamente determinada. O autor (literato), pelo gesto de interpretação, materializa a língua nacional como uma língua clara, objetiva, racional, rompendo com a interpretação feita pelos autores do nacionalismo/naturalismo, que, conforme Fragoso (2001) era a de uma língua “natural”, “emotiva”, etc.

É interessante pensar que o efeito de real e de objetividade produzido nas textualidades analisadas é determinado pela corrente filosófica racionalista moderna que se inicia com René Descartes no iluminismo. Mas vale ressaltar que não estamos classificando ou vinculando o discurso produzido pelo autor à corrente filosófica racionalista-cartesiana. O racionalismo, como toda formação discursiva, é heterogêneo em si mesmo. E os sujeitos podem se identificar a certos sentidos e não outros, de uma mesma formação discursiva, trabalhando certos aspectos dessa memória discursiva produzindo seu próprio gesto de interpretação.

3 EFEITO DE REAL

Barthes ([1980] 2007), em seu texto intitulado *Aula*, afirma ser, a literatura, categoricamente realista, visto que ela sempre tem o real como objeto de desejo; e que ao mesmo tempo ela é também obstinadamente irrealista, pois o real é irrepresentável.

Carolina P. Fedatto em *Um saber nas ruas* (2013), faz a seguinte reflexão:

> o real não é nunca acessível diretamente, ele é continuamente significado pelo dizer, mas resiste a ser inteiramente dito. a história, como construção de um discurso, não faz mais do que repetir: isso aconteceu, sem que essa asserção possa ser entendida como uma narração. o prestígio do isso aconteceu confirma o desejo de nossa civilização pelo efeito de real. Vontade atestada pelo desenvolvimento de gêneros específicos, como o romance realista, as biografias, a literatura documental. (FEDATTO, 2013, 39-40)

A respeito do que Barthes observa sobre literatura sempre ter "o real como objeto de desejo", e sobre o que a autora chama de "o desejo de nossa civilização pelo efeito de real", de nossa perspectiva, levamos em consideração, conforme Orlandi (2007) pontua, que: o sentido não é conteúdo, a história não é contexto, e o sujeito não é origem de si. Dessa forma: a) considerando que o sentido não é conteúdo, e que, conforme Barthes (1980), o real é irrepresentável, não se pode afirmar que o real seja objeto da literatura, mas sim um efeito de sentido possível, por isso falamos em efeito de real, conforme vemos em Fedatto (2013); b) a história não é contexto, ela intervém e é por isso que a língua significa. Não há significação fora das condições reais de existência[12], é nesse sentido que Barthes (1980) afirma ser, a literatura, categoricamente realista; e c) Se o sujeito não é origem de si, ao invés de falarmos em desejo, falamos em condição, isto é, uma necessidade do sujeito de interpretar, resultante do trabalho contínuo e inevitável na relação do sujeito com o simbólico.

Dessa forma, conforme analisamos anteriormente, temos em nosso material de análise, um sujeito-autor se coloca como um eu no discurso que prioriza a reflexão à narrativa, na busca da "compreensão de coisas e pessoas", tendo em suas textualidades apenas espaço para memórias que tratam da "substância da vida". A relação autor/leitor, conforme analisado, é colocado em evidência, como vimos

[12] Authusser (1970), *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*.

anteriormente, e é parte fundamental no processo de constituição da discursividade literária realista em Machado de Assis.

Compreendemos que não há uma descrição da sociedade propriamente dita, o que temos é um gesto de interpretação. A construção de uma realidade, por meio da ficção, do literário, que interpreta o Brasil, e especialmente o espaço urbano do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Para compreendermos que realidade é essa que foi construída, buscaremos compreender o modo como a memória se diz, que conforme Orlandi (2017), está apoiado no modo de individuação do sujeito pelo Estado e pelo modo de organização social capitalista, e se afirma/vincula seu pertencimento a espaços determinados.

Dentre as diferentes direções significativas que nosso material de análise apresenta selecionamos alguns recortes que consideramos ser bastante significativos para a análise desse gesto de leitura da organização social brasileira naquele momento.

Trata-se de uma interpretação que o sujeito autor faz da divisão social no espaço, que não pode ser pensada fora das condições materiais de existência, isto é, no interior das quais se dá a relação das posições sociais que os sujeitos ocupam com os espaços sociais em que eles circulam, em um país colonizado. Como podemos ver no recorte abaixo de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) em que temos uma leitura da organização social, do que era considerado “um grande futuro”, enquanto profissão a seguir:

> Um grande futuro! Enquanto essa palavra me batia no ouvido, devolvia eu os olhos, ao longe, no horizonte misterioso e vago. Uma idéia expelia outra, a ambição desmontava Marcela. Um grande futuro? Talvez naturalista, literato, arqueólogo, banqueiro, político ou até bispo — bispo que fosse —, uma vez que fosse um cargo, uma preeminência, uma grande reputação, uma posição superior. (ASSIS, [1881]2008d, p. 626-627)

Fragoso (2001), ao refletir sobre o saber linguístico das produções literárias do romantismo e a constituição de unidade imaginária de língua, nessas produções, afirma que a literatura descreve o ambiente próprio de um povo que pratica uma certa língua, que ela torna visível um povo, sua língua e o meio em que ele vive, através da descrição de cenários, dos personagens e de suas falas etc. É a partir do observatório da constituição desses sentidos, buscando trabalhar a relação entre discurso e exterioridade que podemos compreender que essas posições significadas como “um grande futuro” não são postas no texto aleatoriamente. Podemos dizer que o

naturalista, o literato, o arqueólogo, o político etc., assim significados, estão inscritos em formações discursivas da época, que correspondem às formações ideológicas, sob a evidência da explicitação de um real histórico-social.

Nessa evidência de sentido e sob as condições de produção de um país colonizado se materializam, como podemos ver em *Quincas Borba* (1891), episódios como o que veremos abaixo, quando era comum no Brasil a execução de negros ou indígenas escravizados após receberem pena de morte:

> Na esquina da Rua dos Ourives deteve-o um ajuntamento de pessoas, e um préstito singular. Um homem, judicialmente trajado, lia em voz alta um papel, a sentença. Havia mais o juiz, um padre, soldados, curiosos. Mas as principais figuras eram dois pretos. Um deles, mediano, magro, tinha as mãos atadas, os olhos baixos, a cor fula, e levava uma corda enlaçada no pescoço; as pontas do baraço iam nas mãos de outro preto. Esse outro olhava para a frente e tinha a cor fixa e retinta. Sustentava com galhardia a curiosidade pública. Lido o papel, o préstito seguiu pela Rua dos Ourives adiante; vinha do Aljube e ia para o largo do Moura.
> [...]
> O acaso, em vez de levá-lo pela Rua do Ouvidor abaixo até à da Quitanda, torceu-lhe o caminho pela dos Ourives, atrás do préstito. Não iria ver a execução, pensou ele; era só ver a marcha do réu, a cara do carrasco, as cerimônias... Não queria ver a execução. De quando em quando, parava tudo, chegava gente às portas e janelas, e o oficial de justiça relia a sentença. Depois, o préstito continuava a andar com a mesma solenidade. Os curiosos iam narrando o crime - um assassinato em Mata-Porcos. O assassino era dado como homem frio e feroz. A notícia dessas qualidades fez bem a Rubião; deu-lhe força para encarar o réu, sem delíquios de piedade. Não era já a cara do crime; o terrar dissimulava a perversidade. Sem reparar, deu consigo no largo da execução. Já ali havia bastante gente. Com a que vinha formou-se multidão compacta.
> [...]
> Eis o réu que sobe à forca. Passou pela turba um frêmito. O carrasco pôs mãos à obra. Foi aqui que o pé direito de Rubião descreveu uma curva na direção exterior, obedecendo a um sentimento de regresso; mas o esquerdo, tomado de sentimento contrário, deixou-se estar; lutaram alguns instantes... - Olhe o meu cavalo! - Veja, é um rico animal! - Não seja mau! - Não seja medroso! Rubião esteve assim alguns segundos, os que bastaram para que chegasse o momento fatal. Todos os olhos fixaram-se no mesmo ponto, como os dele. Rubião não podia entender que bicho era que lhe mordia as entranhas, nem que mãos de ferro lhe pegavam da alma e retinham ali. O instante fatal foi realmente um instante; o réu esperneou, contraiu-se, o algoz cavalgou-o de um modo airoso e destro; passou pela multidão um rumor grande, Rubião deu um grito, e não viu mais nada. (ASSIS, [1891]2008e, p. 773-774)

Esse episódio se constitui entorno de uma grande polêmica do séc. XIX que era a prática da pena de morte assegurada pela lei Nº 4 de 10 de Junho de 1835. A lei instituía, em seu primeiro artigo que:

> Art. 1º Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a

> sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e ás suas mulheres, que com elles viverem. (BRASIL, 1835)

Apesar de assegurado pela lei, o sistema escravista estava sendo questionado e pressionado no senado. É neste ponto que o autor trabalha com a polêmica, na tensão entre duas formações discursivas: a escravocrata, que defendia e tratava de assegurar o que já estava estabelecido, e a liberal, calcada na tríade iluminista *Liberté, Egalité, Fraternité* da Revolução Francesa, que era contra esse sistema.

O sujeito-autor, para realizar esse contraste, essa contraposição, coloca no personagem Rubião um conflito, um eu dividido entre assistir ou não assistir à execução pública, como podemos ver em: "Não iria ver a execução, pensou ele; era só ver a marcha do réu, a cara do carrasco, as cerimônias... Não queria ver a execução.". E depois em "O assassino era dado como homem frio e feroz. A notícia dessas qualidades fez bem a Rubião; deu-lhe força para encarar o réu, sem delíquios de piedade.".

A tensão entre as duas formações discursivas em contraposição é materializada no texto como uma dificuldade do personagem em manter-se em pé, com seus pés realizando movimentos contrários e em luta para manter-se em equilíbrio, como podemos ver no recorte: "O carrasco pôs mãos à obra. Foi aqui que o pé direito de Rubião descreveu uma curva na direção exterior, obedecendo a um sentimento de regresso; mas o esquerdo, tomado de sentimento contrário, deixou-se estar; lutaram alguns instantes...".

Visto que, conforme Orlandi (2017), não há uma relação termo a termo entre linguagem, pensamento e mundo, e que no processo de identificação não entra apenas a "vontade de verdade" pois ele se constitui pela ideologia e pelo inconsciente, compreendemos que o sujeito-autor inscreve seu discurso no espaço de uma polêmica, imprimindo uma interpretação para esse tema histórico-político.

Visto que narrar é, de acordo com Fedatto (2013), colocar uma interpretação em meio a outras, nossa busca é por compreender esse gesto de interpretação. Vignaux, (1979) *apud* Orlandi (2012a, p. 73), afirma que "o discurso não tem como função constituir uma representação fiel de uma realidade, mas assegurar a permanência de uma certa representação" e o autor é quem assegura a coerência e a completude dessa representação.

No entanto, ao significar essas e não outras questões, o autor Machado de Assis já produz um gesto de interpretação para o Brasil. Um país marcado pela colonização e pelo sistema escravagista. Materializa as origens de um preconceito racial que, segundo Orlandi (2017, p. 97), "[...] tem a dominante da ideologia capitalista que divide negros e brancos, atribuindo valores sociais distintos que podem levar à segregação, em um imaginário em que o sujeito já está vinculado/significado, seja de que cor for.".

Nesse sentido, analisaremos a seguir recortes de Esaú e Jacó (1904) em que temos um gesto de intepretação a respeito de um acontecimento histórico, que é a Proclamação da República no Brasil. Nosso propósito em fazer essa análise é compreender esse gesto de leitura, e como se produziu esse efeito de real, por meio do mecanismo de antecipação e do efeito metafórico.

3.1 O efeito metafórico, as tabuletas possíveis

Trataremos nesta subseção mais especificamente do episódio das Tabuletas da Confeitaria do Império, tema de alguns capítulos de Esaú e Jacó (1904). Temos nessa materialidade discursiva um gesto de interpretação (do autor Machado de Assis) sobre um acontecimento específico: a Proclamação da República brasileira. Ao recortar o texto por meio de uma leitura inicial, um gesto de interpretação que já é parte da análise, vimos a construção de efeitos de sentidos por meio do efeito metafórico – fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, que é próprio da ordem simbólica, Orlandi (2012a).

O episódio se passa, como podemos ver nos recortes a seguir, no momento em que uma das personagens, Custódio, se vê em um momento delicado, pois logo após solicitar a reforma da tabuleta de sua confeitaria -*"Confeitaria do Império"* - o Brasil é proclamado república:

> Ao acordar de manhã não soube logo do que houvera na cidade, mas pouco a pouco vieram vindo as notícias, viu passar um batalhão, e creu que lhe diziam a verdade, os que afirmavam a revolução e vagamente a República. A princípio, no meio do espanto, esqueceu-lhe a tabuleta. Quando se lembrou dela, viu que era preciso sustar a pintura. Escreveu às pressas um bilhete e mandou um caixeiro ao pintor. O bilhete dizia só isto: "Pare no D." Com efeito, não era preciso pintar o resto, que seria perdido, nem perder o princípio, que podia valer. Sempre haveria palavra que ocupasse o lugar das letras restantes. "Pare no D." (ASSIS, [1904]2008d, p. 1127)

Com esse acontecimento político, o título “Confeitaria do Império”, pertencente a formação discursiva monarquista, que deixa de ser a dominante, passa a ser censurado por quem, agora, detém o poder, a liderança política, a administração pública. É nesse ponto que trabalha o autor Machado de Assis, a partir de pontos de deriva, que são próprios da materialidade linguística, com (re)formulações e suas relações com o que pode ou não ser dito nesse determinado momento, nessas condições de produção.

As formulações “Pare no D” e “Sempre haveria palavra que ocupasse o lugar das letras restantes” promove a possibilidade de deslize dos sentidos, pela substituição lexical, substituição de uma palavra por outra. Como podemos ver em Pêcheux (2015):

> [...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ‘ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. (PÊCHEUX, 2015, p. 53)

É importante salientarmos que esse trabalho poético[13], isto é, o uso desses arranjos, discutidos nesta pesquisa, por esse sujeito autor não se dá de forma consciente, pois na medida em que o sujeito se inscreve na língua ele já é interpelado por ela. Trata-se de efeitos da materialidade linguística no sujeito da/na linguagem. Para Eliana de Almeida (2012, p. 76), “[...] a memória discursiva da língua literária institui-se como um lugar de dizer pelo poético, sob o regime discursivo da natureza deslizante do signo linguístico.” É este efeito que está em funcionamento neste texto de análise, o efeito do poético, lugar próprio do deslize de sentidos, lugar em que se assume a opacidade da linguagem, o real da língua.

Para Orlandi (1994), “A relação do homem com a linguagem é constituída por uma injunção à interpretação.” A forma discursiva, isto é, a materialidade significante analisada até aqui, se deu de uma forma e não de outra porque já está em relação (de determinação) com a interpretação que o sujeito autor faz da sociedade, do acontecimento histórico. E que aparece para ele como transparente, como uma

[13] O termo “Poético” em nosso trabalho tem um sentido distinto de como é significado nos estudos literários, em geral. Ao falarmos em poético consideramos a poesia como constitutiva da língua, ou seja, é própria da língua. Nas palavras de Pechêux, em concordância com Milner, “toda língua é capaz de poesia”, não estando unicamente ligado ao artístico.

realidade empiricamente dada a ser descrita em suas produções. A autora afirma ainda que:

> Quanto ao sentido, ela [a AD] também produz sua crítica a duas tendências que se ligam: à que propõe o sentido literal (o sentido é um, do qual derivam os outros) e à que, no lado oposto, diz que o sentido pode ser qualquer um. Ambas posições são a negação da história. A Análise de Discurso considera que o sentido não está já fixado a priori, como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há determinação histórica do sentido. (Orlandi, 1994, p. 56)

Desse modo, nosso interesse, é o de compreender como esses deslizes de sentido vão significar diferentemente, e estarão inscritos em diferentes formações discursivas, ao longo do texto; e quais sentidos são produzidos para esse acontecimento político. Vejamos o recorte a seguir:

> Custódio enfiou um casaco de alpaca e voou à Rua Assembléia. Lá estava a tabuleta, por sinal que coberta com um pedaço de chita: alguns rapazes que a tinham visto, ao passar na rua, quiseram rasgá-la; o pintor, depois de a defender com boas palavras, achou mais eficaz cobri-la. Levantada a cortina, Custódio leu: "*Confeitaria do Império*". Era o nome antigo, o próprio, o célebre, mas era a destruição agora; não podia conservar um dia a tabuleta, ainda que fosse em beco escuro, quanto mais na Rua do Catete... (ASSIS, [1904]2008d, grifo do autor. p. 1127-1128)

Tomando como base o que nos afirma Fedatto (2013, p. 40), "[...] o sentido não é nem um, nem qualquer um; que poderia ser outro, mas não é: há a história. Mais do que isso, há a língua na história.", nos perguntamos: por que foi designado o nome *"Confeitaria do Império"* e não qualquer outro nome? A designação de um nome, conforme Guimarães (2003b, p. 21), é sua significação enquanto relação dele com outros nomes e com o mundo recortado historicamente por ele. Desse modo, "*Confeitaria do Império"* tem sua espessura linguística. Não é transparente, nem mesmo um simples nome de confeitaria, essa designação produz efeitos de sentidos e está relacionada ao meio de produção e organização do espaço, pois como afirma Orlandi (ORLANDI 2014, p. 113 *apud* ORLANDI 1983) "O sistema que rege um país, não se esgota na esfera da governança (E. Orlandi, 1983). A ideologia que ele produz abarca toda a sociedade e suas instituições [...] a ideologia não oculta, mas faz aparecer evidentes os sentidos que carrega".

Com a impossibilidade de parar no "D", já que a tabuleta já estava pronta, Custódio recorre a outro personagem, o Conselheiro Aires, para que ele lhe ajudasse a pensar em um nome dentro do dizível/enunciável naquelas condições:

> [...] é o nome da casa, nome de trinta anos, ninguém a conhece de outro modo...
> – Mas pode pôr "*Confeitaria da República*"...
> – Lembrou-me isso, em caminho, mas também me lembrou que, se daqui a um ou dois meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro. (ASSIS, [1904]2008d, grifo do autor, p. 1129)

O sujeito autor vai construindo sua narrativa, com personagens que pensam em uma proposta e refletem a respeito do que pode ou não ser dito nesse determinado momento e nessa determinada sociedade, buscando controlar, por meio da antecipação[14], as interpretações possíveis dos enunciados naquele momento. A antecipação é um mecanismo encontrado, pelo sujeito autor, na ilusão de explicitar a realidade, que é própria desta discursividade literária realista. O que era e o que não era possível de ser dito naquela situação enunciativa?

Em nossa prática de análise "[...] não se trata de procurar "conteúdos" ideológicos que seriam a ocultação da realidade, mas justamente os processos discursivos em que ideologia e linguagem se constituem de forma a produzir sentidos" (ORLANDI, 1994, p. 56). Como é sempre (re) afirmado por Orlandi, em seus trabalhos, a ideologia não é um conteúdo x, mas sim um mecanismo, o mecanismo de se produzir x. É em busca de compreender esses mecanismos ideológicos que estamos, e não em busca do que o autor quis dizer.

> Aires propôs-lhe um meio termo, um título que iria com ambas as hipóteses, - "*Confeitaria do Governo*".
> -Tanto serve para um regime como para outro.
> - Não digo que não, e, a não ser a despesa perdida... Há, porém, uma razão contra. V. Exª. sabe que nenhum governo deixa de ter oposição. As oposições, quando descerem à rua, podem implicar comigo, imaginar que as desafio, e quebrarem-me a tabuleta; entretanto, o que eu procuro é o respeito de todos. (ASSIS, [1904]2008d, grifo do autor. p. 1129)

As formulações acima causam o efeito de neutralidade, uma ilusão do sujeito autor, já que compreendemos que a ideologia é constitutiva de todo discurso, e que, conforme Orlandi (1994), "A ideologia é interpretação de sentidos em certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários". Produzir um discurso que produz o efeito da neutralidade já está direcionado e determinado pela história, um sentido regulado.

---

[14] De acordo com Orlandi (2015, p. 18), O mecanismo de antecipação "é a capacidade que todo locutor tem de colocar-se na posição de seu interlocutor experimentando essa posição e antecipando-lhe a resposta".

Na narrativa, não satisfeito ainda com a renomeação da confeitaria, Custódio recebe outras duas sugestões do Conselheiro Aires:

> - Olhe, dou-lhe uma idéia, que pode ser aproveitada, e se não a achar boa, tenho outra à mão, e será a última. Mas eu creio que qualquer delas serve. Deixe a tabuleta pintada como está, e à direita, na ponta, por baixo do título, mande escrever estas palavras que explicam o título: "*Fundada em 1860*". Não foi em 1860 que abriu a casa? (ASSIS, [1904]2008d, grifo do autor. p. 1129)

A formulação *"fundada em 1860"* funciona como uma justificativa, colocando novamente, o título "*Confeitaria do Império"* no espaço do dizível, por ser o ano de fundação da confeitaria. Esta designação, segundo Guimarães (2003b), "estabiliza uma temporalidade significativa específica", não só funciona como uma justificativa, mas também rememora o auge do governo imperial: quando o poder do imperador era amplo e sua posição estava consolidada e, na economia, o café havia estabelecido como nosso principal produto. Esse tipo de rememoração se dá porque, de acordo com Orlandi (2014, p. 17), "[...] o modo como o Estado administra o político afeta a sociedade e as instituições e, em consequência, a maneira como vivemos as relações de poder geridas pelo Estado e somos afetados, somos significados e nos significamos por elas.", processo que a autora vai denominar como individuação do sujeito pelo Estado.

Nesse processo de (re)formulações ao longo do texto, aparece ainda uma outra forma de justificar a nomeação *"Confeitaria do Império"* através da formulação *"das leis",* como podemos ver no recorte a seguir:

> - A outra idéia não tem a vantagem de pôr a data à fundação da casa, tem só a de definir o título, que fica sendo mesmo, <u>de uma maneira alheia ao regime</u>. Deixe-lhe estar a palavra império e acrescente-lhe embaixo, ao centro, estas duas, que não precisam ser graúdas: das leis. Olhe, assim, concluiu Aires, sentando-se à secretária, e escrevendo em uma tira de papel o que dizia. (ASSIS, [1904]2008d, grifo nosso, p. 1129-1130)

Temos, na formulação acima, a língua enquanto signo de nacionalidade na relação Língua/Estado/Nação, Orlandi (2001). O sujeito, ao designar o nome da confeitaria, é afetado pela língua e pela história, e isso não lhe é acessível devido ao funcionamento da ideologia, que tem como característica dissimular sua própria existência o interior mesmo do seu funcionamento, conforme Pêcheux (2014c, p. 139).

Entretanto, a forma como deve ser exposto produz efeitos que escapa ao sujeito, que contradiz, isso porque, de acordo com Orlandi (2015a, p. 28) [...] os

sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos [...]. Como podemos ver o recorte a seguir:

> Custódio leu, releu e achou que a idéia era útil; sim, não lhe parecia má. Só lhe viu um defeito; sendo as letras de baixo menores, podiam não ser lidas tão depressa e claramente como as de cima, e estas é que se meteriam pelos olhos ao que passasse. Daí que algum político ou sequer inimigo pessoal não entendesse logo, e... A primeira idéia, bem considerada, tinha o mesmo mal, e ainda este outro: parecia que o confeiteiro, marcando a data da fundação, fazia o timbre de ser antigo. Quem sabe se não era pior que nada? (ASSIS, [1904]2008d, p. 1130)

Ambas as versões colocam em destaque a palavra Império, que traz em si uma memória e novos sentidos. Ao adicionar os enunciados *"fundada em 1860"* e "*das leis"* os sentidos se deslocam de diferentes maneiras. Entretanto, no âmbito das novas condições de produção, as da Proclamação da República, por estar em destaque, o título "Confeitaria do Império" pode ser interpretado como um gesto de resistência ao governo republicano. Guimarães (2003b, p. 24) ao refletir sobre nomes de loja e sua forma de se apresentar "através de uma diagramação, de uma iluminação capazes de configurá-lo para uma leitura à distância.", afirma que "[...] este modo de exposição material do nome à leitura é constitutivo, de modo específico, do sentido desse nome; em outras palavras, é elemento do processo de sua interpretação num texto muito específico: o dos nomes de lojas reunidas pelo modo da aglomeração." (GUIMARÃES, 2003b, p. 24).

O nome da confeitaria discutido volta a se deslocar para uma nova possibilidade de versão, como vemos em "Aires achou outro título, o nome da rua, '*Confeitaria do Catete*', sem advertir que, havendo outra confeitaria na mesma rua, era atribuir exclusivamente à do Custódio a designação local. (ASSIS, [1904]2008d, grifo do autor. p. 1130)

A designação "*Confeitaria do Catete"* faz referência à rua, mas traz em sua memória outros sentidos. Vale notar que *Catete*, de origem tupi que significa mata imensa - *ka'a* (mata) *eté-eté* (imenso)-, nomeia um rio, uma rua, um bairro. São vestígios de uma língua (a tupi) que se materializam em outra (a nacional brasileira). Isso ocorre porque, segundo Orlandi (2017), mesmo com o forte processo de gramatização no século XIX e com o imaginário de uma língua nacional una e coesa, a língua deixa à mostra os processos de contato, de transferência, de derivas na relação do português com as línguas indígenas e com a Língua Geral.

O texto prossegue com a seguinte formulação:

> Disse-lhe então que o melhor seria pagar a despesa feita e não pôr nada, a não ser que preferisse o seu próprio nome: "*Confeitaria do Custódio*". Muita gente certamente lhe não conhecia a casa por outra designação. Um nome, o próprio nome do dono, não tinha significação política ou figuração histórica, ódio nem amor, nada que chamasse a atenção dos dois regimes [...] (ASSIS, [1904]2008d, grifo do autor. p. 1130)

Nesta versão, a personagem vai tecendo um saber linguístico sobre o nome próprio, enquanto "o próprio nome", que é considerado enquanto um modo de referir-se a uma pessoa específica, que passa a designar um estabelecimento: um nome que "não tinha significação política ou figuração histórica, ódio nem amor, nada que chamasse a atenção dos dois regimes". Não se trata de um nome memorável, como é afirmado em: "não tinha significação política ou figuração histórica" e apresentado somente o primeiro nome, não se trata de identificar uma família. A nomeação dada produz o sentido de posse, uma relação direta entre propriedade e proprietário.

Vejamos, a seguir uma tabela que nos ajuda compreender essas diferentes versões e os deslocamentos produzidos ao longo do texto:

Tabela 1 – Efeito Metafórico e Pontos de Deriva	
Confeitaria do Império +	Das leis
	fundada em 1860
Confeitaria d +	o império
	a República
	o Governo
	o Catete
	o Custódio

A tabela acima nos mostra o conjunto de deslizes que são produzidos no episódio, nesse processo de renomeação da confeitaria, que como é afirmado por Orlandi (2015b, p. 31), "O conjunto desses deslizes (paráfrases) instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas e são o vestígio da historicidade". Desse modo, afirmamos que a designação[15] "Confeitaria do Império" juntamente com as (re)formulações apresentadas no decorrer na narração não se dão de forma aleatória, nem mesmo imediata ou automática, como se houvesse uma ligação direta entre

[15] Processo, de acordo com Eduardo Guimarães (2003a, p. 54), linguístico e histórico, isto é, uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real.

linguagem-pensamento-mundo. Ao designar confeitaria do Império, temos um nome classificador (confeitaria) articulado sintaticamente, com a locução adjetiva “do Império”, que vão sendo substituídos, num movimento parafrástico-metafórico, por República, Governo, Catete, etc., Nessas (re)formulações estão em jogo determinadas formações imaginárias, com as quais Machado de Assis coloca em jogo na conversa entre Custódio e Conselheiro Aires, formações imaginárias que são possíveis em determinadas condições de produção do discurso, as da Proclamação da República sustentando a produção do discurso nessas condições.

E por isso, é possivel que o analista relacione a materialidade linguística com como o político se instala na formação social e produz seus efeitos, isto é, discurso e exterioridade estão complexamente articulados com a forma como o político dominante se significa na sociedade e na história, Orlandi (2014). “[...] o modo de significar os espaços da cidade mostra que eles são espaços políticos” (GUIMARÃES, 2003a, p. 58)

4 A RELAÇÃO DO SUJEITO AUTOR COM A LÍNGUA NACIONAL

Barthes, ao falar das diferenças existentes ao se considerar a linguagem na ciência e na literatura afirma que na literatura, diferentemente da ciência, a linguagem se realiza mais do que se transmite ou ensina. E, partindo de uma perspectiva discursiva, compreendemos que esse realizar da linguagem na literatura se dá, sempre e independentemente, a partir de um gesto de leitura, é o que chamamos de escritura. Conforme o autor é somente na escritura que se efetua a linguagem na sua totalidade. Isso significa que não se faz a distinção entre linguagem subjetiva e objetiva, ou a distinção de códigos ou subcódigos da linguagem como temos no funcionalismo, numa perspectiva classificatória.

Fragoso (2001, p. 93), ao falar dos autores do romantismo como fundadores de uma escrita/escritura nacional, está em uma posição deslocada da de M. Foucault a respeito da noção de autoria e de fundação de discursividades. A partir do que observa Fragoso (2001) a respeito do romantismo e do que temos observado sobre o realismo tanto a discursividade literária romântica como a realista, podem ser considerados discursos fundadores, da perspectiva de Orlandi.

Foucault (2001) compreende a fundação de uma discursividade como origem de uma discursividade inaugural, como temos, por exemplo, a fundação da linguística por Saussure com a publicação do *Cours de Linguistique Générale* em 1916. Para Foucault (2001), os fundadores de discursividade são aqueles autores que, além de suas obras e de seus livros, produzem “alguma coisa a mais”, que é a possibilidade e a regra de formação de outros textos. Já os instauradores de discursividade, segundo Foucault (2001), são aqueles autores que além de abrir espaço a um certo número de analogias e semelhanças também abrem espaço para algo diferente sem deixar de pertencer à discursividade em que foi fundado.

Quando falamos em que nosso o discurso realista fundou uma discursividade para a língua, estamos em consonância ao que Orlandi (1993) chama discurso fundador. Para a autora, os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo de um país, na construção de uma memória nacional.

É nesse sentido que Fragoso (2001, p. 145-146), afirma que por os escritores românticos terem construído uma produção escrita (escritura/discursividade) que deu a visibilidade de uma singularidade para esta língua, produzindo, assim um imaginário

de unidade de língua, pode-se dizer que eles são autores/fundadores da língua nacional brasileira. E assim como em Fragoso (2001), ao pensarmos na discursividade realista neste trabalho como um discurso fundador nos deslocamos de certa forma dos fundadores de discursividades e/ou dos instauradores de discursividades de M. Foucault (2001), pois apesar de a noção de discurso fundador que tomamos a partir de Orlandi (1993) se aproximar mais da noção de instauradores de discursividades por produzir um "algo a mais", além da própria obra, pensamos especificamente nesses discursos produzindo sentidos de referência para construção/formação de um país.

Por filiação a uma outra formação discursiva, que não a naturalista de Rousseau, a discursividade literária realista produzida por Machado de Assis produziu um certo modo de significar a língua, uma interpretação para ela, instituindo uma brasilidade, uma nacionalidade. É essa língua, a nacional/brasileira, que se torna modelo para o ensino institucional da língua. Dessa forma, os escritores/autores na literatura se constituem não só como simples autores de suas obras, mas também da própria língua. Isso porque, segundo Fragoso (2001):

> Ter uma literatura nacional (brasileira) significou ter também uma língua nacional (brasileira), pois a literatura representa a escritura de uma língua, ou seja, o discurso literário (ao lado da gramática e do dicionário) institui a unidade de uma língua escrita, ele reproduz a língua para a sociedade, ele regula a relação entre uma língua e um povo, produzindo efeitos de unidade para ambos e de identidade para ambos. (FRAGOSO, p. 92)

Para Orlandi (2013), na passagem do século XIX para o XX, o ensino da língua deixa de ser uma relação de português para brasileiro, para ser uma relação de brasileiro para brasileiro. Essa relação se institucionaliza e torna-se parte da organização social. Consequentemente, a gramática, ao representar a língua portuguesa do Brasil, torna-se o centro de nossa organização linguística e os autores literários, os seus modelos. É por meio da língua que, na formulação, os sujeitos se inscrevem na história produzindo sentidos, de acordo com a posição-sujeito que está ocupando, ligada a uma instituição – neste caso, a instituição literária.

Ao analisar a autoria no romantismo brasileiro, Fragoso (2001, p. 145-146) afirma que "[...] os escritores românticos são autores/fundadores da língua nacional brasileira, pois eles construíram uma produção escrita (escritura/discursividade) que deu a visibilidade de uma singularidade para esta língua". De acordo com o autor, filiados ao naturalismo, teoria que naquele momento, no Brasil, constituiu-se em torno

da natureza e do índio como referências nacionais, os escritores românticos produziram um gesto de interpretação para a nação e para a língua brasileira. A língua foi, de acordo com Fragoso (2001), definida como como uma língua simples, natural, emotiva, libertada. Dessa forma, a escritura da língua no romantismo, ao singularizar a língua enquanto língua nacional, estabeleceu uma ruptura com o português de Portugal, estabelecendo, assim, a relação de unidade entre Língua, Estado e Nação.

Para os sujeitos, não se trata mais de uma apropriação da língua de Portugal, temos a língua ressignificada historicamente através do contato com línguas de imigrantes europeus, línguas ameríndias e línguas africanas. E as editoras, revistas e jornais da época são os meios de circulação desses discursos, são instrumentos que contribuem para a legitimação da língua nacional.

A discursividade realista, apesar de não colocar a língua em questão, assim como foi observada no romantismo por Fragoso (2001), também produziu um gesto de interpretação para ela, singularizando-a e a deslocando. Apesar de terem sido produzidas por um outro gesto de leitura, as análises realizadas, nos mostraram que a discursividade literária realista em Machado de Assis não rompe com esse imaginário de unidade Estado, Língua, Nação, já instituído pelo romantismo (nacionalismo). Temos, na discursividade literária realista em Machado de Assis, um efeito de objetividade sendo produzido e impresso na língua, que rompe com o efeito de língua emotiva e natural, que temos na discursividade literária romântica.

Com isso, podemos afirmar que o discurso produzido por Machado de Assis, instituiu uma objetividade na língua nacional. Foi esse o deslocamento que ele produziu em suas textualidades literárias, o que nos permite afirmar que trata-se de um discurso fundador, Orlandi (1993). Para Orlandi (1993, p. 17), o discurso fundador constrói um “[...] imaginário necessário para dar uma cara a um país em formação”, isto é, a construção do que é chamado de brasilidade. Temos a discursividade realista imprimindo uma especificidade para a língua, num processo de deslocamento da língua portuguesa de Portugal, sustentando o imaginário de unidade entre Língua, Estado e Nação.

UM EFEITO DE CONCLUSÃO

Nosso trabalho buscou compreender o processo de constituição da discursividade literária realista, em Machado de Assis, e a sua relação com a língua nacional na segunda metade do século XIX. Para isso realizamos a análise das seguintes textualidades: *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1891), *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908).

Pudemos, com nossas análises, compreender o modo de funcionamento desse discurso, que se dá por meio da antecipação que o sujeito-autor faz a partir das projeções imaginárias, das relações de força e de sentido. Com as análises pudemos, também, compreender que o movimento de sentidos, de uma discursividade literária para outra, se deu pela construção de uma relação de oposição entre o idealismo e o racionalismo, produzindo o efeito de real e de objetividade.

Considerando que a relação do autor com a língua é ideologicamente determinada, vimos que a formação discursiva realista (racionalista), a qual o sujeito-autor está individuado determinou a forma como ele trabalhou a língua, produzindo um gesto de interpretação para ela, singularizando-a, deslocando-a. Imprimiu-se, desse modo, um efeito de objetividade para a língua, uma língua que passa a ser significada como clara, objetiva, racional, em contraposição à definição de língua natural, emotiva, que temos na discursividade literária romântica, conforme Fragoso (2001).

Dessa forma, podemos afirmar, a partir do que vimos com nossas análises que temos, nessas materialidades literárias, o que Orlandi (1993) chama de discurso fundador, pois ele constrói uma brasilidade para a língua, se instala, cria tradição de sentidos e sustenta o imaginário de unidade entre Língua, Estado e Nação.

Acreditamos ter respondido nossas questões iniciais, que é compreender o processo de constituição da discursividade literária realista em Machado de Assis e a relação que o autor estabelece com a língua nacional. Entretanto, nossa práxis de análise nos apontou para muitas outras questões que poderão ser respondidas em outros trabalhos posteriormente.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1970.

ALMEIDA, Eliana de. A autoria e o sujeito-poeta na língua. In: **Discurso, sujeito e memória**. Maluf-Souza et. al. (orgs.) Coleção Enalihc, Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ASSIS, Machado de. Ressurreição. In: ASSIS, Machado de. **Obra completa em quatro volumes**: volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2008a.

ASSIS, Machado de. A mão e a luva. In: ASSIS, Machado de. **Obra completa em quatro volumes**: volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2008b.

ASSIS, Machado de. Helena. In: ASSIS, Machado de. **Obra completa em quatro volumes**: volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2008c.

ASSIS, Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas. In: ASSIS, Machado de. **Obra completa em quatro volumes**: volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2008d.

ASSIS, Machado de. Quincas Borba. In: ASSIS, Machado de. **Obra completa em quatro volumes**: volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2008e.

ASSIS, Machado de. Dom Casmurro. In: ASSIS, Machado de. **Obra completa em quatro volumes**: volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2008f.

ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó. In: ASSIS, Machado de. **Obra completa em quatro volumes**: volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2008g.

ASSIS, Machado de. Memorial de Aires. In: ASSIS, Machado de. **Obra completa em quatro volumes**: volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2008h.

AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidade(s) Enunciativas(s).** Trad. Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. Cad. Est. Ling., Campinas, (19): 25-42, jul./dez. 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Palavras incertas: **as não-coincidências do dizer**. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Trad. Mario Laranjeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004

BARTHES, Roland. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moises. 13. ed. São Paulo: Cultrix, (1980) 2007.

BRASIL, Lei nº 4, de 10 de junho de 1835. Determina as penas com que devem ser punidos os escravos, que matarem, ferirem ou commetterem outra qualquer offensa physica contra seus senhores, etc.; e estabelece regras para o processo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM4.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204%20DE%2010%20DE%20JUNHO%20DE%201835.&text=Determina%20as%20penas%20com%20que,estabelece%20regras%20para%20o%20processo>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, M.; PUECH, C**.. Uma história das ideias linguísticas**. Trad. Jacqueline Léon, Marli Quadros Leite. 1ª edição, São Paulo: Contexto, 2017.

COSTA. T. A. Alguns apontamentos para uma história da HIL na França e no Brasil. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, n. 44, p.9-34, jul./dez. 2019.

DIAS, C. P. Cidade, cultura e corpo: a velocidade do mundo. In: **Escritos**. n. 10. Campinas, SP: LABEURB/UNICAMP, 2011.

FEDATTO, Carolina Padilha. **Um saber nas ruas:** o discurso histórico sobre a cidade brasileira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. **Uma história da linguística**: entre os nomes dos estudos da linguagem . Campinas, Editora RG, 2013.

FERREIRA, ANA Cláudia Fernandes. **A Análise de Discurso e a constituição de um História das Ideias Linguísticas no Brasil.** Rev. fragmentum n. Especial. Jul./Dez. 2018. Santa Maria: Editora Programa de Pós-Graduação em Letras, UFSM. ISSN 2179-2194. Acesso em:14 de mai. de 2019.

FICHANT, Michel. A ideia de uma história das ciências. In: PÊCHEUX, Michel.; FICHANT, Michel. **Sobre a história das ciências.** Lisboa: Edições Mandacaru, 1989.
FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In**: Ditos e Escritos**: Estética **–** literatura e pintura, música e cinema (vol III) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264- 298.

FRAGOSO, É. A. **A Relação entre Língua (Escrita) e Literatura (Escritura) na Perspectiva da História da Língua no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: IEL/UNICAMP, 2001.

GUILHAMOU; MALDIDIER; ROBIN. **Discurso e Arquivo**: experimentações em análise do discurso. Trad. Carolina P. Fedatto, Paula Chiaretti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro entre o político e o cotidiano. In: **Letras** RS, Santa Maria, n. 26 **–** Língua e literatura: limites e fronteiras, p. 53-62, junho de 2003.

GUIMARÃES, Eduardo. A marca do nome In: **Rua**. Campinas, 2003b

INDURSKY, FREDA. **A fala dos quartéis e as outras vozes.** 2ª edição. Campinas , SP: Editora da Unicamp. 2013

LECOURT, Dominique. **Para uma crítica da epistemologia**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1980.
MALDIDIER, Denise. 2017. A inquietação do discurso **–** (Re)ler Michel Pêcheux Hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2017.

MALDIDIDER, D.; GUILHAMOU, J. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: **Gestos de leitura: da história no discurso**. Org. Eni P. Orlandi [et al]. 4ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

NUNES, J. H. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. In: **Letras**. Santa Maria. v. 18, n. 2, p. 107**–**124, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11982/7396> Acesso em 12 de fev. de 2019.

ORLANDI. E. P. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, E. P. (org.) **Discurso Fundador**. Campinas, SP: Pontes, 1993

ORLANDI. E. P. Discurso, imaginário social e conhecimento. In: **Brasília**, n.61, jan./mar. 1994.

ORLANDI, E. P. O próprio da Análise de Discurso. In: **Escritos**. n. 3. Campinas, SP: LABEURB/UNICAMP, 1998. Disponível em: < https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos3.pdf> Acesso em 08 de out. de 2020.

ORLANDI, E. P. Do sujeito na história e no simbólico. In: **Escritos**: linguagem, cidade, política, sociedade **–** Contextos epistemológicos da análise de Discurso, nº 04, LABEURB **–** NUDECRI **–** UNICAMP, 1999.

ORLANDI, Eni. P. História das idéias linguísticas: **construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. ORLANDI, Eni P. (Org.) Campinas, SP: Pontes, Cárceres, MT: Unemat Editora, 2001.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. 9ª ed. Pontes Editores, Campinas, SP. 2012a.

ORLANDI, E. P. Discurso e Texto: **formulação e circulação dos sentidos**. 4ª ed. Pontes Editores, Campinas, SP. 2012b.

ORLANDI. E. P. 2014. **Ciência da Linguagem e Política**: Anotações ao pé das Letras. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12ª ed., São Paulo, SP: Cortez, 2015a.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.). Introdução às Ciências da Linguagem: **Discurso e Textualidade**. Campinas: Pontes, 2015b. p. 15-35.

ORLANDI. E. P. **Eu, Tu, Ele - discurso e real da história**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2ª edição, 2017.

ORLANDI, E. P. **Redes Discursivas – Aula da Profa. Dra. Eni Orlandi.** 10/12/2020. Youtube, 11 dez. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GGXbK3yyyc8&t=1649s>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas [1975]. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997a. p. 163-252.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997b. p. 61-161.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. Há uma Via para a Linguística Fora do Logicismo e do Sociologismo? In: **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. 4ª edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2014a.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.) **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Trad. Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. 4ª edição, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b.

PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso: **uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi. 5ª edição, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014c.

PÊCHEUX, M. O Discurso: **estrutura ou acontecimento.** Trad. Eni P. Orlandi. 7ª edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

SANTOS, A. P.; FRAGOSO, É. A. Efeito de sentido realista em Ressurreição, de Machado de Assis: a fundação de uma discursividade literária. In: **RE-UNIR**, v. 7, n. 2, p. 27-46. 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/article/view/5304/3640 > Acesso em 12 de jan. de 2020.